

Tribuna Operária

ANO VI - Nº 219 - DE 3 A 9 DE JUNHO DE 1985

Cr\$ 1000

REFORMA AGRÁRIA

Em debate a luta contra o latifúndio



Quarto Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas: a luta camponesa pela terra ganha novo impulso

O "Plano de Reforma Agrária da Nova República" detona em todo o país a discussão sobre o problema secular da terra. Os camponeses, reunidos em seu congresso nacional, exigem que a praga do latifúndio seja combatida para valer. Os latifundiários acusam o plano de "radical" e não toleram perder seus domínios. A luta promete pegar fogo. Págs. 3 e 10.



Ministros de Figueiredo

poderão ir a julgamento



Delfim Netto, Ernane Galvêas e ainda os generais Medeiros e Newton Cruz poderão ser levados aos tribunais. Galvêas e Delfim, por corrupção. Os generais, por assassinato. Pág. 3

Patrões impõem acordo vexatório a S. Bernardo

Segundo o acordo com os capitalistas do setor de autopeças, o Sindicato dos Metalúrgicos se compromete a não promover greves até 1987. Página 7

Prós e contras da nova Lei de Greve

CDM
O que entrou de realmente novo e democrático, e o que sobrou do lixo autoritário e precisa ser varrido na luta. Página 3
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

A reação esperneia

Soa o alarme nas fileiras conservadoras. A simples menção à reforma agrária provoca imediatamente berros desesperados: "subversão! ameaça à propriedade! Perigo de desarticulação do sistema produtivo!"

A histeria não tem bases reais. Um bando de privilegiados, que somam apenas 1% dos proprietários, tem em suas mãos metade das terras do país. Ao lado disto mais de 10 milhões de famílias camponesas não têm sequer um pedaço mínimo de chão para garantir a sua sobrevivência. Diante desta realidade, a Nova República coloca em discussão medidas baseadas no Estatuto da Terra - elaborado na vigência do regime militar - que não abalam a estrutura fundiária do país, que se cumpridas integralmente assentarão (num prazo de quinze anos!) cerca de 7 milhões de famílias e que, mesmo no caso de desapropriação, só afetarão as terras mantidas improdutivas, nas regiões onde existem conflitos sociais.

Apesar de serem medidas iniciais e ainda tímidas, e insuficientes para enfrentar o problema, a oligarquia latifundiária reage como se fosse acabar o mundo. Nestas horas revela-se a mesquinha, o reacionarismo, a concepção elitista destes "coronéis". Entram em pânico simplesmente ao imaginar que podem perder uma gota d'água de seu oceano. A eles pouco importa que milhões passem fome e que o país permaneça sem condições de progredir. Seu egoísmo tacanho só consegue repetir raiosamente que é preciso preservar o sacrossanto direito à propriedade. E ao ouvirem qualquer contestação levantam ameaçadores a acusação: "Baderneiro! Comunista!"

É salutar que o governo coloque em discussão o problema. Até recentemente quem se atrevia a falar em reforma agrária era perseguido sob a acusação de atentar contra a soberania nacional. Muitos inclusive perderam a vida porque cometeram esta ou-

sadia. Mas para que um plano deste tipo tenha de fato valor prático, é imprescindível que os trabalhadores da cidade e do campo, as forças verdadeiramente democráticas do país, os parlamentares mais comprometidos com as causas populares, pressionem no sentido de transformações mais corajosas. E é urgente criar um vasto movimento de opinião pública para desmoralizar o alarido reacionário e quebrar a desesperada resistência do latifúndio, que não aceita nem mesmo colocar a questão em debate.

No Brasil, desde o tempo da Colônia, o monopólio da terra é um dos problemas fundamentais que entravam o desenvolvimento social. Os latifundiários estão ligados ao que existe de mais obscurantista e mais antipovo no país. Seus interesses estão profundamente entrelaçados ao capital estrangeiro. Esta camada social foi uma das pilstras centrais que sustentaram a ditadura nestes últimos 21 anos.

A reforma agrária, que garante de fato a posse da terra ao homem do campo, é portanto uma das tarefas básicas na atual etapa em que vive o país. Interessa à imensa maioria dos brasileiros e não apenas aos camponeses. É um assunto urgente e não para o ano 2000. Terá que ser realizada com a mobilização de amplas massas e não apenas por meio de decretos no nível parlamentar.

Não se pode, como pretendem alguns, simplesmente negar o projeto apresentado pelo Ministério da Reforma Agrária. Em torno dos itens levantados pode ser possível desencadear uma intensa discussão sobre o assunto, mobilizar forças e obter certas conquistas. Ao mesmo tempo, não se pode alimentar ilusões de que as medidas em pauta sejam capazes de resolver a questão. A reforma agrária depende fundamentalmente da luta do povo e ainda terá que vencer a reação obstinada dos latifundiários.



Povo na rua, placa na porta: a sede de Salvador

PC do B festeja a legalidade e abre suas sedes

Em todo o Brasil os primeiros passos para a legalização foram recebidos com alegria e entusiasmo. Página 4

Canavieiros de São Paulo fazem sua 1.ª greve geral

Os assalariados pararam em 28 municípios. Repressão policial, de rara ferocidade, não poupou nem mulheres e crianças. Pág. 6

Rebelião negra contra governo do apartheid

O governo da África do Sul é uma verdadeira caçada humana aos negros que lutam contra o racismo. Leia na Pág. 2



Rebelião civil contra racismo no apartheid

Todos os dias os jornais noticiam novas mortes na África do Sul: os negros que se manifestam contra o regime racista de Pretória e são abatidos como animais pela polícia sul-africana. Cresce com muita rapidez a indignação da maioria e vai-se criando um clima de virtual rebelião civil no país.

Apartheid significa literalmente segregação. É uma política oficial de discriminação dos negros na África do Sul, adotada desde 1948 pelos brancos que dominam o país.

O apartheid inclui leis as mais odiosas, como a que proíbe casamentos ou relações sexuais "mistos", ou a que estabelece locais vedados aos "não-brancos", calçadas separadas, ônibus, escolas e assim por diante. Contudo a mais irônica é a que estabelece a divisão territorial: os 84% negros e asiáticos ficam com 13% do país; os 23% brancos, com nada menos que 87%. Foi essa lei que deu origem aos bantustãs, povoados que o governo racista considera "independentes" e formados pela transferência obrigatória de populações da periferia das grandes cidades. Mais de 3 milhões foram removidos para bantustãs desde 1960.

OPosição Crescente

É dos guetos, como Soweto, Uitenhage e Sharpeville, que partem os protestos de massa contra o regime racista. Durante este ano, eles formaram parte do dia-a-dia do país e invadiram as telas da televisão mundial. A luta dos negros inclui ainda greves gerais contra a repressão, greves por aumentos salariais nas minas de ouro e a luta armada.

A oposição ao apartheid se expressa em duas vertentes. A primeira, que lidera as manifestações e conduz a luta nos guetos, portanto a mais firme, é representada pela Frente Democrática Unida (FDU) e pelo Congresso Nacional Africano (CNA). A FDU é uma organização legal, fundada em 1983, que agrupa mais de 600 organizações de massa e cerca de 2 milhões de filiados. O CNA, considerado proscrito pelo regime, existe desde 1912. No princípio, era adepto da não-violência e se inspirava, em parte, nas idéias de Mahatma Gandhi, que esteve pela África do Sul. A experiência de resistir passivamente ao apartheid convenceu o CNA de que isso não bastava para alcançar a vitória, e a partir de 1961 a organização partiu para a luta armada. Esta decisão custou a condenação à prisão perpétua do líder Nelson Mandela - que já está há 22 anos encarcerado



Branco e negro não freqüentam os mesmos sanitários

e que recentemente recusou uma oferta de anistia do regime, em troca da renúncia à violência revolucionária.

O bispo e prêmio Nobel da Paz, Desmond Tutu, lidera uma oposição conciliadora. Sua principal atividade tem sido correr o mundo denunciando o regime racista e mobilizando a opinião pública progressista contra as relações comerciais e diplomáticas com a África do Sul. Tutu organiza ainda algumas manifestações de padres contra a repressão. Apesar de se tratar de uma corrente de oposição moderada, a própria política do governo a tem obrigado a posturas mais radicais, tais as barbaridades do governo.

VOLTA À BARBÁRIE

O tratamento dado pelas autoridades de Pretória à luta dos negros tem por base o "milagroso" método do cacete, apregoado no Brasil pelo general Otávio Medeiros. Somente este ano, mais de 200 pessoas morreram em consequência da repressão, enquanto em todo o ano passado os mortos foram 131. É o ano mais violento desde 1976, quando mais de 600 Negros foram massacrados em Soweto. A ação policial se assemelha a uma caçada, com todos os requintes de crueldade. Ainda em maio, a polícia apresentou os corpos de dois líderes populares assassinados nos interrogatórios. O atestado de óbito não se preocupava em disfarçar: atribuiu as mortes a "lesões cerebrais causadas por pancadas".

Ao lado disso, o presidente Pietr Botha adota algumas medidas demagógicas para tentar passar por "abrandado" o apartheid. Anunciou a suspensão da proibição de casamentos mistos - inócua, já que o racismo está penetrado até a medula entre as classes dominantes. Acena com a perspectiva

de os moradores dos bantustãs adquirirem propriedades fora deles - uma piada de mau gosto, já que a esmagadora maioria gasta quase 60% do salário apenas com transportes e alugueis das latas de zinco onde moram.

RACISMO SOB FOGO CERRADO

A preocupação de Botha não é, absolutamente, humanitária. Ele viajou pela Europa, no ano passado, e sentiu a pressão da opinião pública pelo rompimento de relações comerciais com o regime racista. Procura, portanto, livrar a cara de seus colaboradores. Afinal, apesar de condenações formais, praticamente nenhum dos países ocidentais o deixa na mão, já que se trata de um dos maiores produtores de ouro e outros minerais do mundo.

Mesmo assim, os protestos se avolumam. Particularmente nos Estados Unidos, onde estudantes realizam manifestações diariamente em 40 universidades, inclusive algumas das mais tradicionais, como Harvard, Berkeley, Princeton, Yale e San Francisco, que receberam no mês passado a visita do bispo Tutu.

O governo Reagan condena as "graves injustiças que continuam", na África do Sul, nas palavras do principal assessor do Departamento de Estado para assuntos africanos. Mas ao contrário do que faz em relação à Nicarágua sandinista, os imperialistas têm intensificado o comércio com Pretória, que pulou de 577 milhões de dólares no período de 1978 a 1980 para 547 milhões só em 1984. O embargo de vendas de material bélico ou de possível uso militar, adotado pelo governo anterior, foi suspenso, e os investimentos dos EUA no país atingiram no ano passado 14,6 bilhões de dólares, contra 5,2 bilhões em 1979.

CLIMA DE REBELIÃO

Apesar da violência, das manobras do regime racista e da omissão, ou melhor, conivência do "mundo livre", a situação não parece fácil para os assassinos liderados por Botha. Uma pesquisa do jornal Black City Press mostrou que o CNA tem o apoio de 56% da população negra. Estes números, ao lado dos demais apresentados neste artigo, não compõem apenas uma estatística. São indicadores seguros do clima de virtual rebelião civil que se vai instaurando na África do Sul e que faz tremer as mansões da minoria racista. (Silvio Queiroz)



Negros são caçados como animais pelo regime racista de Botha

Superpotências confessam que diálogo em Genebra é inútil

Teve início, na semana passada, a segunda rodada das conversações de Genebra entre duas superpotências imperialistas, Estados Unidos e União Soviética. O clima deste segundo turno não é dos melhores. Quando os dois imperialistas retomaram as conversações, em março passado (o primeiro turno durou de 12 de janeiro a 23 de abril), alardearam que a "volta do diálogo" era uma "perspectiva de paz". Mas da conversa de bandidos boa coisa não sai. E como uma outra superpotência não abre

mão de seus objetivos hegemônicos e expansionistas, travou-se um diálogo de surdos. Os EUA continuaram desenvolvendo sua indústria bélica agressiva, ameaçando os povos. A URSS, igualmente, continuou expandindo seus armamentos e tramando contra as lutas de libertação nacional.

A mudança, em relação ao segundo turno iniciado na semana passada, é que agora as duas superpotências confessam nada esperar desse diálogo. O chefe de Kremlim, Mikhail

Gorbachev, disse no início da semana que os encontros de Genebra estavam sendo "totalmente infrutíferos". Também Washington emitiu comunicado oficial concordando que "não houve progresso" no diálogo com Moscou.

A verdade é que o caminho da paz não passa pelos acordos entre aqueles que são justamente os maiores inimigos da paz, os imperialistas. Pelo contrário, está na luta dos povos contra todo imperialismo a garantia de um mundo sem guerras.

Protesto argentino contra rumo econômico de Alfonsín

A massiva adesão dos operários, bancários, comerciantes, professores e funcionários públicos na greve convocada pela CGT na Argentina, dia 23, demonstra que o povo do país vizinho já não se conforma com a política econômica do governo Alfonsín, ditada pelo FMI. Passeatas nas principais cidades e um ato público, diante do palácio do governo, com a participação de 200 mil pessoas não deixaram dúvidas de que os argentinos querem mudanças.

Quando concorreu às eleições presidenciais, Alfonsín centrou sua pregação política em duas vertentes: a conquista e fortalecimento da democracia, e uma política econômica soberana, que melhorasse as condições de vida do povo.

No que diz respeito à democracia, são visíveis os avanços. Apesar das limitações com que o governo Alfonsín tratou a questão, os chefes do regime militar estão sendo julgados pelos crimes que cometeram, a liberdade de manifestação e organização popular é respeitada. Mesmo com relação ao protesto do dia 23, o presiden-



Protesto operário contra inflação de 30% ao mês, na Argentina

te afirmou: "As coisas andaram dentro das vias democráticas, e isso é importante".

Mas já nas questões econômicas, Alfonsín não está cumprindo com a palavra empenhada na campanha eleitoral. Apesar de ter esboçado alguma resistência aos ditames do FMI, acabou sucumbindo às pressões do imperialismo. O governo argentino assinou acordos com o FMI com "cláusulas secretas" que não foram expostas ao povo do país. Mas o resultado dos

acordos foi logo sentido: a inflação, que já era alta no governo militar, ascendeu a 30% ao mês. O desemprego castigava 20% da população economicamente ativa do país. A dívida externa alcançou os 51 bilhões de dólares. E, enquanto a população pressiona para que o governo rompa com os compromissos lesivos ao país, Alfonsín voltou a afirmar no dia 25 (depois dos protestos, portanto), que "a Argentina tem de honrar seus compromissos".

Reagan ameaça invadir a Nicarágua e bombardear o Irã

Bombardear o Irã e invadir a Nicarágua. São as ameaças do governo dos Estados Unidos, divulgadas no final de maio. Após fracassar na tentativa de obter apoio do parlamento para os antissandinistas, e após o fiasco do boicote econômico à Nicarágua, o governo de Ronald Reagan volta a ameaçar invadir o pequeno país da América Central.

No dia 23, o secretário de Estado George Shultz anunciou que os EUA "terão de tomar a difícil decisão de mandar ou não tropas à Nicarágua". O governo Reagan está tendo um de seus mais estrondosos fracassos em política externa. Decretou embargo econômico ao país de Sandino, mas as empresas norte-americanas continuam nego-

ciando com o governo nicaraguense. E países europeus e latino-americanos reforçaram seus laços comerciais com Manágua. O fato levou o representante dos imperialistas ianques, Henri Kissinger, a pedir "saídas aos países que não respeitem o embargo".

Com relação ao Irã, Reagan ameaçou bombardear a cidade de Qom (uma espécie de Roma dos islâmicos, e não um alvo militar), o terminal petrolífero da ilha de Kharg e a base naval de Bandar Abbas. Seria a represália ianque ao seqüestro de quatro norte-americanos pelo grupo Jihad, no Líbano. Nos seus delírios bélicos, Reagan quer responsabilizar o povo do Irã pelo que ocorre no Líbano, alvo de bombas ianques durante a invasão perpetrada por Israel.

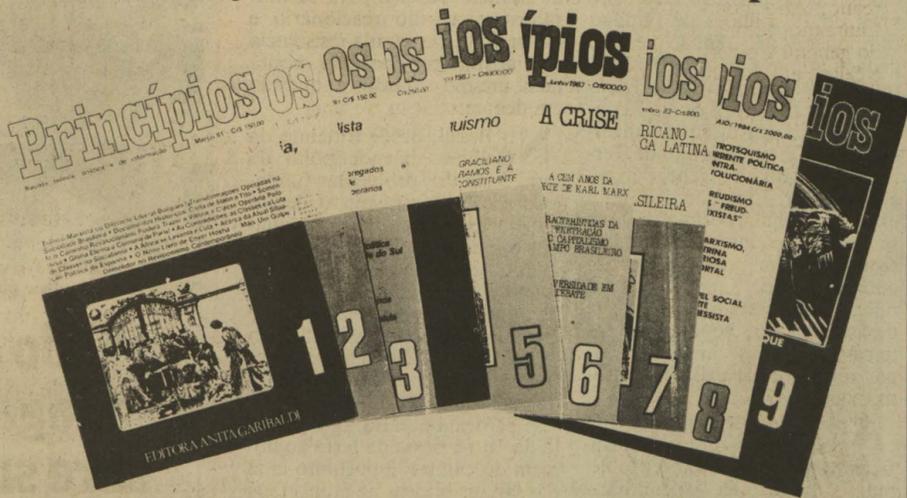
Mensagem de Ramiz Alia a José Sarney

O presidente do Presidium da Assembléia Popular da Albânia, Ramiz Alia, enviou ao presidente do Brasil, José Sarney, mensagem por ocasião da morte de Tancredo Neves. Devido à greve nos Correios, só agora recebemos o texto do telegrama, que publicamos a seguir:

"Em nome do povo albanês, do Presidium da Assembléia Popular da República Socialista da Albânia e em meu próprio envio a S. Excia. e ao povo brasileiro as mais sinceras condolências pela morte da personalidade notável do presidente da República Federativa do Brasil, Tancredo Neves.

"Nesse momento de aflição, exprimimos sentimentos do povo albanês pelo povo brasileiro".

Faça hoje sua assinatura de Princípios



Princípios
Revista sobre política e de informação
Abastecido - Cr\$ 6,000

A ATUALIDADE DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE

AVANÇOS DA LUTA DA MULHER

Nome _____
Profissão _____
Endereço _____
Cidade _____ Estado _____ CEP _____ FONE: _____
Data ____/____/____

Quero receber uma assinatura da PRINCÍPIOS, com direito a 4 números. Para isso envio cheque nominal / vale postal em nome da Editora Anita Garibaldi Ltda.

Av. Brigadeiro Luís Antônio, 317, s/43, CEP 01317

São Paulo, SP.

UM LIVRO GRÁTIS

Faça sua assinatura anual da revista Princípios e receba GRÁTIS um livro publicado pela Editora Anita Garibaldi. Agora, em todas as compras com valor superior a Cr\$ 20 mil, o leitor ganhará um livro de brinde. Preencha hoje mesmo o cupom acima, e receba Princípios em Casa!

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Falcatruas do velho regime em julgamento

Duas notícias alvissareiras vêm sendo veiculadas pela imprensa nos últimos dias. Os ex-ministros do governo Figueiredo, Delfim Netto (Planejamento) e Ernane Galvêas (Fazenda), deverão ser processados por corrupção. Já os generais Otávio Medeiros e Newton Cruz serão intimados a depor no inquérito que apura o assassinato do jornalista Alexandre Baumgarten.

A iniciativa de levar os dois ex-ministros a depor partiu da própria Procuradoria Geral da República. O subprocurador José Arnaldo da Fonseca solicitou a incriminação penal de Delfim e Galvêas no escândalo da Coroa-Brastel. Eles são acusados de "corrupção passiva em forma privilegiada"; para o ex-ministro do Planejamento, há o agravante de "prevaricação" (prática irregular no uso da autoridade pública motivada por interesses escusos).

AINDA PENDENTE

No entanto, isto ainda não quer dizer que os dois serão julgados e condenados. O caso está no Supremo Tribunal Federal (STF) e o julgamento depende da apresentação de uma denúncia formal pelo procurador geral da República, José Sepúlveda Pertence, dentro de um prazo de 15 a 30 dias.

As acusações já são conhecidas e estão mais que devidamente comprovadas e documentadas. Trata-se da aprovação ilegal de empréstimos no valor de Cr\$ 300 bilhões (a preços atualizados) ao grupo Coroa-Brastel, patrocinada por Delfim Netto, com a cumplicidade de Ernane Galvêas. Isso ocorreu seis dias antes da decretação de intervenção no grupo, então sem quaisquer condições para garantir o pagamento do financiamento. Também estão envolvidos o ex-presidente do Banco Central, Carlos Langoni, além de outros graduados funcionários do governo Figueiredo.

Em todos os episódios do escândalo Coroa-Brastel, que provocou rombos desconhecidos, os ex-ministros do Planejamento e da Fazenda, bem como outros figuras do regime militar, estão metidos até o pescoço. Aproveitando-se do atoleiro em que se meteu o principal proprietário do grupo, Assis Paim Cunha, obrigaram-no a adquirir o controle de empresas falidas, como a Corretora Laureano, cujo dono, Roberto Laureano, é um apadrinhado do general Golbery do Couto e Silva, e a metalúrgica Castor, do conhecido bicheiro Castor de Andrade, em sociedade com Osório Pais Lopes (sogro de Johnny Figueiredo, filho do general Figueiredo), entre outras. Abando-

nado após a bancarrota do grupo, Assis Paim resolveu abrir o bico e mesmo ameaçado de morte disse: "Nisso tudo há dois culpados. Eu e o governo". Em 1983, já circulava no mercado nada menos que Cr\$ 418 bilhões em títulos frios da Cora-Brastel.

Entretanto, tudo isso constituiu apenas uma pequena mostra dos muitos casos de corrupção encabeçados por altas autoridades acobertadas pelo regime militar - que jogou o país num verdadeiro mar de sujeira e corrupção. Bem famosa ficou a desventura com que o senhor Delfim Netto, quando embaixador na França (governo Geisel), roubava os 10% sobre empréstimos e contratos efetuados junto a banqueiros e industriais estrangeiros nas negociações com nosso país. A tal ponto que aquela embaixada passou a ser conhecida como a "Embaixada 10%".

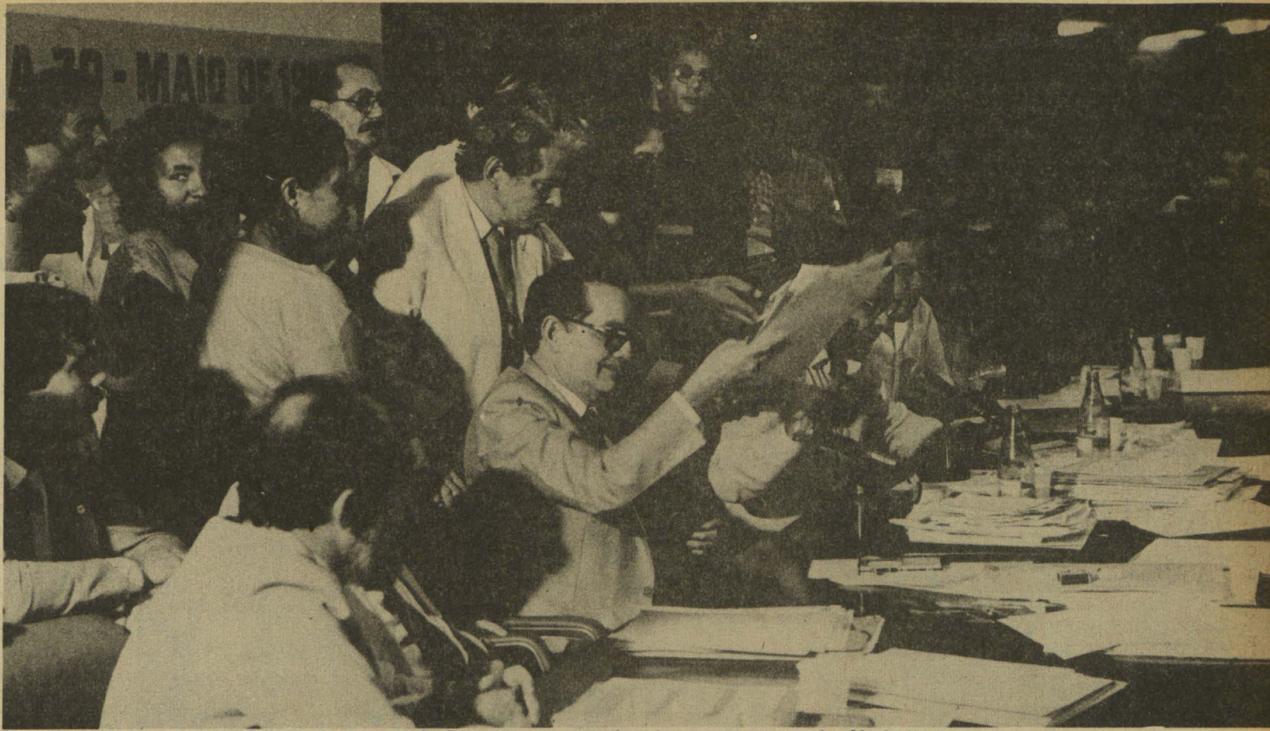
CASO BAUMGARTEN

Também faz parte dos grandes escândalos a descoberto durante a ditadura dos generais o malcheiroso "caso Baumgarten", que culminou no assassinato do jornalista Alexandre von Baumgarten em outubro de 1982. Baumgarten foi editor da revista **O Cruzeiro**, relançada com o propósito de realizar a missão impossível de restaurar a desgastada imagem dos militares no poder. Para encobrir uma série de falcatruas, seus patrões decidiram que ele deveria ser "queimado".

O jornalista deixou um longo dossiê onde narrou toda a trama e previu seu próprio assassinato, concebido, segundo a vítima, pela cúpula do famigerado Sistema Nacional de Informações. Os generais Otávio Medeiros, ex-ministro chefe do SNI e Newton Cruz, responsável pela aplicação das medidas de Emergência em Brasília e ex-chefe da Agência Central daquele órgão são nominalmente mencionados no "dossiê" Baumgarten.

O caso está sendo investigado pela polícia fluminense. O SNI de tudo fez para impedir a apuração dos fatos e até mesmo a instalação de uma CPI, na Câmara Federal, para levantar o envolvimento do órgão, foi bloqueada e energeticamente condenada pelos militares sob a alegação de que poderia transformar-se "num Tribunal de Nuremberg para a Revolução de 1964". Da Nova República espera-se um comportamento firme contra essas pressões reacionárias e a arrogância militar, que já se revela no argumento cínico e insustentável dos generais, de que não prestarão depoimentos que impliquem em risco de quebra de "sigilo" do SNI. A impunidade não é mais tolerável. (Umberto Martins).

Delfim, homem dos escândalos; Cruz e militares do PDS, alguns envolvidos no "caso Baumgarten"



O ministro Nelson Ribeiro fala no Congresso da Contag: promessa de "desapropriação do latifúndio" teve cinco minutos de palmas

Plano do governo faz ferver o debate sobre reforma agrária

O anunciado "Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República" detonou o que promete ser uma fervilhante discussão na sociedade brasileira. Num polo da controvérsia, o latifúndio esbraveja contra tudo que toque, mesmo parcial e superficialmente, seu pretendido direito ao monopólio da terra. No polo oposto, os trabalhadores do campo e os demais setores progressistas exigem uma reforma agrária para valer.

O plano do governo, um texto longo e complexo, só foi distribuído na terça-feira, dia 28, aos 4 mil delegados ao Congresso dos Trabalhadores Rurais (veja pág. 10). Muito sensatamente, o Congresso evitou um pronunciamento imediato, que seria precipitado, e remeteu a discussão para as bases e os Sindicatos, que apresentarão sugestões e críticas.

Adiantando algumas opiniões, o presidente da Contag, José Francisco, elogiou em declaração à **Tribuna** a iniciativa do governo, "de vir discutir com os trabalhadores, ouvir suas reivindicações". Em sua opinião, "o governo assumiu um compromisso junto com os trabalhadores, e nossa organização e luta assegurarão a aplicação da proposta; à medida que o processo começa a ser desencadeado, os trabalhadores rurais começarão a questionar as limitações e avançar a luta pela reforma agrária".

Desenvolvendo este ponto, o presidente da Contag considera que "o projeto tem limitações, principalmente no que se refere ao prazo de assentamento, que é muito longo. Há também o problema da indenização da empresa rural, que ainda não

está regularizado e pode representar vantagens para os latifundiários."

OS MAIS LONGOS APLAUSOS

O sentimento dos camponeses pôde ser pulsado durante a exposição que foi feita ao Congresso pelo ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, e o presidente do Incra, José Gomes. Num tom bem mais enérgico que o texto do plano, o ministro afirmou: "A reforma agrária não tem sido feita porque se imagina que ela só pode vir se for em terras públicas. A reforma agrária tem que vir pela desapropriação do latifúndio". E recebeu aí, durante cinco minutos, a maior salva de palmas do dia.

Nelson Ribeiro também assumiu o compromisso público de que o projeto "não será uma reforma para levar o trabalhador do lugar em que ele vive para os mais distantes rincões da Amazônia. A reforma se fará onde estiver o trabalhador rural, que tem o direito de viver onde nasceu, de viver onde estão a sua família e seus filhos". Ele condenou com veemência aqueles que "se apropriam de pedaços do Brasil e deixam milhões de

brasileiros andando por aí como se fossem errantes".

OS LIMITES DO PLANO

O projeto prevê, numa primeira etapa, a partir de setembro, o assentamento de 100 mil famílias nas áreas de conflito da fronteira agrícola. Em quatro anos haveria o assentamento de 1,4 milhão de trabalhadores e até o ano 2000 este número totalizaria 7,1 milhões de famílias. Além dessa lentidão, limita-se às terras não produtivas, garante a indenização aos latifundiários e abre brechas para que estes supervalorizem suas propriedades. Há uma longa distância entre o que diz o documento e aquilo que o movimento camponês vem lutando para conquistar.

A própria base legal da proposta - o Estatuto da Terra do general Castello Branco - impõe limites tão acanhados à distribuição, e abre tantas válvulas de escape para os grandes senhores de terras, que nem de longe merece ser chamado de reforma agrária (ver TO n.º 217).

Divino Goulart, secretário geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Goiás, comenta a respeito: "É lógico que este plano não representa a reforma agrária desejada pelos trabalhadores, uma reforma agrária que acabe com o latifúndio, que confisque sua terra sem pagar qualquer indenização. Ele é uma proposta inicial, que incentivará a luta dos trabalhadores pela reforma

agrária antilatifundiária. Com liberdades democráticas e o pronunciamentos do governo favor da reforma agrária, a luta no campo terá um grande crescimento."

Por sua vez, André Montalvão, presidente da Fetag de Minas Gerais, acha que "a partir de agora o governo assumiu um compromisso com os camponeses, e cobraremos o cumprimento das promessas".

A LUTA SÓ COMEÇOU

Some-se a isso a reação furibunda dos dirigentes das Sociedades Rurais, porta-vozes dos latifundiários, que se erguem como um só homem para tentar barrar tanto este como qualquer outro plano no setor, por mais tímido que seja. Segundo o presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Teles de Menezes, o plano seria "radical" (!?) e tenderia a "levar a agricultura para a coletivização" (!?!).

O quadro que se projeta é de acirramento das contradições e da luta no campo. A pressão da grande massa camponesa faminta de terra para trabalhar deve crescer. E vai crescer igualmente a contrapressão do latifúndio, que não tolera a idéia de mexerem em seus domínios e dispõe de posições importantes, mesmo na Nova República. Resta saber como se comportará o governo, sob este fogo cruzado que já vem de longe e que começa a esquentar como nunca após a apresentação do seu plano.

Limitações e avanços na nova Lei de Greve

O governo está elaborando uma nova Lei de Greve. Projeto neste sentido já foi encaminhado ao presidente José Sarney pelo ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. A iniciativa tem o mérito de revogar a antiga lei, de orientação claramente fascista, e que na prática impedia qualquer tipo de paralização. Mas por outro lado, reflete a timidez com que a Nova República ainda encara os avanços nos direitos sociais dos trabalhadores e na conquista da liberdade.

A rigor o regime democrático prescinde de uma lei para regulamentar as greves. Bastaria o texto constitucional assegurar este direito. Mas é positivo que o projeto em trânsito reconheça as comissões de fábrica, o direito dos piquetes e a coleta de doações (fundo de greve). E que evite falar em greve ilegal - o artigo 22 refere-se apenas a greve "improcedente". Também é importante que o artigo 17 proíba os patrões de praticarem "atos de intimidação ou coação" contra os trabalhadores.

LIMITAÇÕES E AVANÇOS

Mas, ainda se nota a intenção de colocar o Ministério do Trabalho como tutor, que deve ser



Eletricistas em greve: sua luta é "improcedente"?

comunicado, que convoca as negociações. E o que é mais grave: quando a greve é declarada "improcedente", os patrões podem demitir por "justa causa" este ou aquele grevista. Isto é inaceitável. A greve é uma deliberação coletiva da categoria e não é justo que qualquer operário arque individualmente com a responsabilidade sofrendo esta punição.

Também não se compreende porque a greve continua sendo considerada "improcedente" para os serviços públicos em geral. Os funcionários são trabalhadores como os demais, sofrem a pressão do custo de vida sobre os seus salários, mas não

têm como encaminhar suas reivindicações. Da mesma forma continua arbitrário o tratamento dado aos que trabalham nos chamados "serviços essenciais".

Houve um sensível abrandamento dos critérios de "atividades essenciais" em relação à antiga lei. O número de áreas enquadradas diminuiu de 13 para nove. E a definição de cada uma passou a ser precisa e não abrangente como era até agora. Mas por que os trabalhadores em postos de gasolina, por exemplo, fazem parte desta classificação? E os da companhia aérea? E os dos transportes urbanos?

Mesmo em relação aos setores de energia elétrica, hospitais, serviços funerários e outros, que são de fato absolutamente imprescindíveis e cuja paralização causaria graves problemas, não basta considerar qualquer greve como "improcedente". É necessário, aí sim, regulamentar as formas pelas quais os trabalhadores destes setores possam defender os seus direitos e pressionar no caso onde as negociações se revelem insuficientes. Aumento de salário, garantia de emprego, melhores condições de trabalho são em geral, e principalmente em crises como as que o Brasil atravessa, reivindicações muito procedentes. Não é por trabalhar em áreas "essenciais" que alguém deva passar fome.

A LUTA NO CONGRESSO

O projeto está sendo alvo de furioso ataque dos setores patronais mais reacionários. E sob o signo desta luta que deverão se desenvolver os debates no Congresso Nacional, até sua votação. Coloca-se na ordem do dia, assim, a mobilização das massas trabalhadoras e das entidades sindicais em defesa do mais amplo direito de greve. Só ela poderá fazer frente à reação patronal e, mais ainda, modificar o texto atual de forma a pôr de lado as cláusulas que se voltam contra os trabalhadores.

PC do B comemora legalidade

No final da semana passada, os comunistas e setores do povo saíram novamente às ruas em vários Estados do país, desta vez para festejar o primeiro passo dado no sentido da legalização do Partido Comunista do Brasil - com o requerimento do registro provisório solicitado quinta-feira, dia 23, ao Tribunal Superior Eleitoral.

SÃO PAULO
Foram manifestações espontâneas, improvisadas depois que o fato foi noticiado pela imprensa. Em São Paulo, na sexta-feira, foi inaugurada a sede provisória do Diretório Regional do PC do B, num animado ato regado a chope que reuniu mais de 500 pessoas entre as quais vários dirigentes sindicais, estudantes e representantes de outras entidades, na rua Capitão Macedo, Vila Mariana, onde funcionou até então a Comissão Estadual pela Legalidade.

O comunista Antônio Barbosa Neto, o **Barbosi**, explica que, atuando abertamente, "o Partido vai crescer muito. Acreditamos que as posições e propostas dos comunistas serão plantadas em terreno fértil, junto à classe operária principalmente, com a perspectiva de, a curto prazo, filarmos muitos trabalhadores".

Dentro de pouco tempo prevê-se a criação de pelo menos 70 diretórios municipais e inúmeros diretórios distritais no Estado.

Dirigindo-se aos presentes, o veterano dirigente comunista João Amazonas, membro da Comissão Diretora Nacional do Partido Comunista do Brasil, salientou que "o Brasil amanheceu em toda extensão de seu território em festa, não apenas a festa dos comunistas, mas de todos os democratas sinceros que lutaram contra o regime militar".

Por sua vez, José Duarte, também membro da Comissão Diretora Nacional do Partido, disse: "Assumi-



Alegria e emoção na inauguração da Sede do Partido Comunista do Brasil em São Paulo

mos ainda o compromisso de continuar a luta dos que tombaram para que o Brasil e a classe operária se libertassem da tirania". O deputado federal e operário metalúrgico Aurélio Peres afirmou que "Esse dia é importante de um modo especial para a nossa classe operária, que nunca teve liberdade de se organizar nem nos sindicatos e muito menos politicamente em seu verdadeiro partido, o PC do B. Por isso hoje é um dia de festa".

Um mecânico de manutenção de uma média empresa de São Bernardo do Campo, em entrevista à **Tribuna Operária**, ressaltou que a legalidade ajudará muito "na luta contra as idéias errôneas existentes no movimento operário, como

as do PT, do PCB e outras. Nós vamos filiar muitos trabalhadores porque este é o partido realmente revolucionário".

RIO DE JANEIRO
Por coincidência histórica, realizou-se em Niterói, onde foi fundado há 63 anos o PC do Brasil, o primeiro ato oficial do Partido depois do pedido de reorganização legal encaminhado ao TSE. Foi no último dia 24, na Câmara Municipal, com a presença de aproximadamente 300 pessoas.

Discursaram várias lideranças sindicais, populares e políticas, e a solenidade contou com a participação de diversas personalidades. Foi prestada uma homenagem a quatro veteranos dirigentes comunistas: Elza Monnerat que completa

neste mês 40 anos de militância; Valdir Keller, militante desde 1927; Consueto Callado, com mais de 40 anos de militância e pai de Daniel Callado, morto na resistência armada do Araguaia; e João Antônio, que fundou o Comitê Municipal do Pirai, em 1945.

BAHIA
Mais de 500 pessoas visitaram, durante todo o dia 25, sábado, a Sede do Partido Comunista do Brasil em Salvador, inaugurada na rua da Independência, 27. Às 12h30m, liderados pelo membro da Comissão Diretora Provisória do Partido, Péricles de Souza, pelo deputado federal Haroldo Lima e por dirigentes comunistas no Estado, um grupo de políticos e militantes descerrou uma vistosa placa

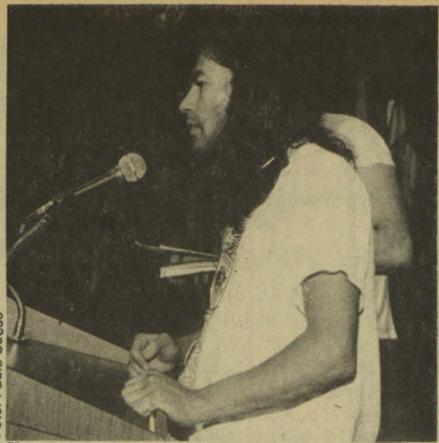
vermelha com letras brancas indicando a sede da organização.

A festa engarrafou o trânsito na rua da Independência, mas os motoristas não se irritaram, dirigindo devagar não só devido à grande quantidade de pessoas no local, como curiosos com a placa vermelha de um partido até então mantido na ilegalidade. Ocorreu também na Bahia, dia 26, a inauguração do núcleo de apoio à legalidade do PC do B em Itapetinga, num encontro que reuniu comunistas e democratas.

ALAGOAS
O pedido de reorganização foi motivo para um fim de semana de comemorações e muita alegria em Alagoas. Na capital (Maceió), a notícia foi recebida com júbilo pelos comunistas e simpatizantes do partido. No sábado, houve a inauguração da sede provisória do PC do B, na rua Cincinato Pinto. Foi um ato breve, mas que lotou o local. No domingo, a festa foi no restaurante "Chapéu de Ouro", à margem da Lagoa Mundau, lotado por centenas de pessoas, sindicalistas, operários, estudantes, populares e políticos, inclusive o presidente da Câmara Municipal de Maceió, vereador Bráulio Cavalcante. Houve fogos, foi um dia de festa e alegria.

CAMPINA GRANDE
Em Campina Grande, na Paraíba, o auditório "Severino Ribeiro" foi pequeno para mais de 300 populares que foram comemorar, com muita emoção e combatividade, o pedido de registro do PC do B, feito no dia 23. Foi prestada uma homenagem a Severino Ribeiro, um dos fundadores do partido no município e um dos que deram entrada, em 1945, com o pedido de reorganização do partido no TSE. A sede do PC do B em Campina Grande situa-se exatamente na mesma Praça da Bandeira (centro da cidade), onde em 1947 foi fechada pela repressão.

(da Sucursal)



Krenak: filho de um povo reduzido a 90 pessoas

Índios reivindicam representação própria para a Constituinte

"A UNI (União das Nações Indígenas) vai exigir do governo a representação dos povos indígenas dentro da Constituinte e da discussão que envolve os direitos destes povos." Quem o afirma é Ailton Krenak, da tribo dos krenaks, do vale do Rio Doce, membro da Coordenadoria de Publicações da UNI, que centraliza a ação da entidade a partir de São Paulo.

Com 32 anos de idade, Krenak vem se destacando como um infatigável defensor dos seus "parentes" — que é como ele chama os componentes dos 180 grupos nacionais indígenas em contato com a sociedade branca e mais os 15 ou 20 grupos ainda sem contato. Ele considera a Constituinte como um momento importante para discutir o problema do índio, hoje considerado "incapaz" pela lei, sem direito à cidadania e condenado a uma "integração" que se assemelha a um genocídio. Mas defende, com argumentos sólidos, que a representação dos índios na Constituinte deve ser através de deputados próprios, eleitos apenas pelos índios, e não dissolvidos no conjunto da população.

Mesmo sem entrar no mérito da atuação do deputado Mário Juruna, krenak argumenta que ele foi eleito pela população urbana do Rio de Janeiro. Frisa que "um índio, para se eleger para uma Constituinte, vai ter o programa da população que o elegeu". E conclui pela necessidade de um tipo de "bancada indígena" eleita à parte, como representação de minorias nacionais, já que "na zona rural, Mato Grosso, por exemplo, índio não ganha voto, ganha é tiro".

O EXEMPLO DO PATRIARCA
A UNI, fundada em 1979, foi reforçada em abril de 1984 com a eleição de um Conselho Indígena Nacional, no qual estão representados 65 povos, de todos os Estados, exceto o Piauí e Ceará onde o Estado não reconhece a existência de índios. Em torno da entidade vem se formando uma geração de jovens, como Krenak, que se politiza rapidamente e ganha uma dimensão nova da "guerra permanente que começou em 1500" contra seus povos.

A respeito da representação indígena na Constituinte, Krenak cita inclusive a primeira experiência constituinte do Brasil, de 1823. E destaca que já naquela época José Bonifácio, o "Patriarca da Independência", advogava soluções semelhantes à que ele expõe agora. "Há 150 anos — diz Krenak — um sujeito chamado José Bonifácio propôs que povos diferenciados culturalmente tivessem formas diferenciadas de se representar dentro das leis de uma nação. Continuo defendendo a mesma tese."

O jovem líder indígena não se ilude quanto às dificuldades que seus "parentes" terão pela frente, até ver seus direitos reconhecidos. Ele menciona, como exemplo, a saga de seu próprio povo, os krenaks, do grupo botocudo, hoje reduzido a 90 índios, depois que os fazendeiros moveram uma longa guerra para tomar suas terras no norte de Minas.

União da Juventude lançada no Paraná e Santa Catarina

Mais de 200 jovens participaram do Encontro Estadual da União da Juventude Socialista do Paraná, em Curitiba, no último fim de semana. Artistas paranaenses fizeram um animado show no encerramento do Encontro, seguido de um baile. Ana Maria Kholer, eleita coordenadora da UJS-PR, denunciou a situação de dificuldades da juventude no Estado, onde são jovens a maioria dos 450 mil bóias-frias e mais de 300 mil desempregados.

SANTA CATARINA
Nos dias 18 e 19, foi lançada a Coordenação da UJS em Santa Catarina, num dos maiores acontecimentos promovidos pela juventude naquele Estado. Foi realizado um show-comício em favor da Assembléia Constituinte, com a presença de mais de 500 jovens de Florianópolis e de sete cidades do interior catarinense. Madga Duarte dos Anjos foi eleita coordenadora-geral da entidade no Estado. Ela afirmou que a UJS buscará afirmar a tradição de luta da juventude catarinense.

Também no dia 18, a UJS fez seu lançamento em Osasco, cidade operária da Grande São Paulo. O encontro contou com cerca de 100 jovens artistas, estudantes e operários e com personalidades do movimento democrático e popular. Apolinário Rebelo, ex-presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundários, foi escolhido coordenador geral da UJS-Osasco (Aldo Rebelo).

Santo Amaro operária vota em setembro

As eleições municipais de novembro não serão as primeiras da Nova República. Dois meses antes, em 15 de setembro, mais de 500 mil eleitores da região proletária de Santo Amaro decidirão em plebiscito se formarão ou não um município separado de São Paulo. A eleição, bastante polemica, envolve questões que ultrapassam de longe o simples interesse local — como a relação entre município, democracia e classe operária.

É que Santo Amaro, que abrange toda a vasta periferia sul da capital paulista, é uma região especial. Ali fica a maior concentração de fábricas, e sobretudo grandes fábricas, do município. Sua população, 1,5 milhão de habitantes, é marcadamente operária, e cresce com uma rapidez explosiva. Ali se acumula também uma tradição de movimentos populares que passa pelo Movimento da Carestia, nos idos de 1978, conta com mártires como o metalúrgico Santo Dias, morto pela PM durante a greve de 79, e detonou a rebelião dos desempregados no Largo 13, em 83.

VANTAGEM PARA CACIQUES

O chamado Movimento Autonomista de Santo Amaro, que tornou necessário o plebiscito, nasceu à margem desses movimentos, em fins do ano passado, empurrado sobretudo por seu presidente, o deputado estadual Paulo Sogayar. Embora filiado ao PMDB, Sogayar age, no caso, em função de seus interesses próprios, que o levaram a ser catalogado na ala dos políticos fisiológicos. E com isso tem esbarrado na oposição dos setores vinculados às lutas do povo de Santo Amaro, que se opõem à separação.

O vereador do PMDB

Édson Simões, por exemplo, põe o dedo na ferida ao identificar a causa da criação do novo município com os interesses menores dos políticos. "Para os políticos — disse à **TO** —, a autonomia seria ótima, porque solidificaria os caciques antigos e novos da região. Mas, para o povo, seria péssimo. E como sou político, mas um político progressista, fico ao lado do povo contra a autonomia. Eu acho que descentralização política não é divisão geográfica, nem divisão política. É a distribuição do poder político.

co. Dividir as cidades não significa descentralizar". Os adversários da separação têm argumentos bem concretos para sensibilizar os moradores: com a formação do novo município, a tarifa dos ônibus que cruzam a "fronteira" passará a ser intermunicipal e, portanto, mais cara; o mesmo ocorrerá com as chamadas telefônicas.

A vereadora Ida Maria,



Édson: "Bom só para político"



Ida: "Um lobby empresarial"



Arnaldo: a opinião operária

também eleita pelo PMDB da região, denunciou na Câmara que a "intitulada Vanguarda Autonomista" é "um lobby de empresas de ônibus e comerciantes, mais deputados como Paulo Sogayar e Paulo Diniz, atrelada a interesses menores, pessoais e escusos".

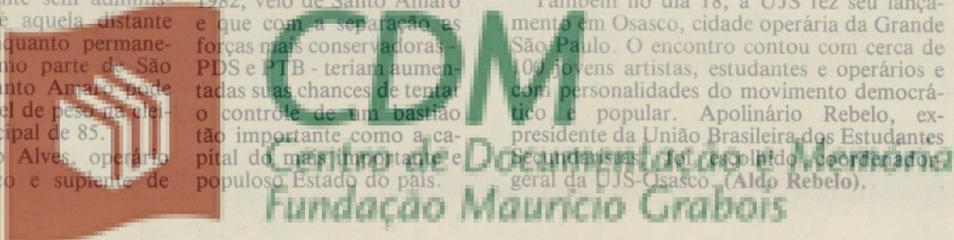
'MORARNO INTERIOR?'

Ida Maria considera que, de fato, a atual estrutura administrativa, "arcaica e anacrônica", não contempla o problema de municípios-gigantes como São Paulo, já perto da casa dos 10 milhões de habitantes. Para a vereadora, esta é uma questão importante para a Assembléia Constituinte. Mas não se resolve pela simples divisão. E ela levanta ainda um argumento considerável: caso fosse criado o município de Santo Amaro, seu prefeito só seria eleito em novembro de 1988 e assumiria em 1989, deixando o sofrido povo local praticamente sem administração até aquela distante data — enquanto permanecendo como parte de São Paulo, Santo Amaro pode jogar papel de peso na eleição municipal de 85.

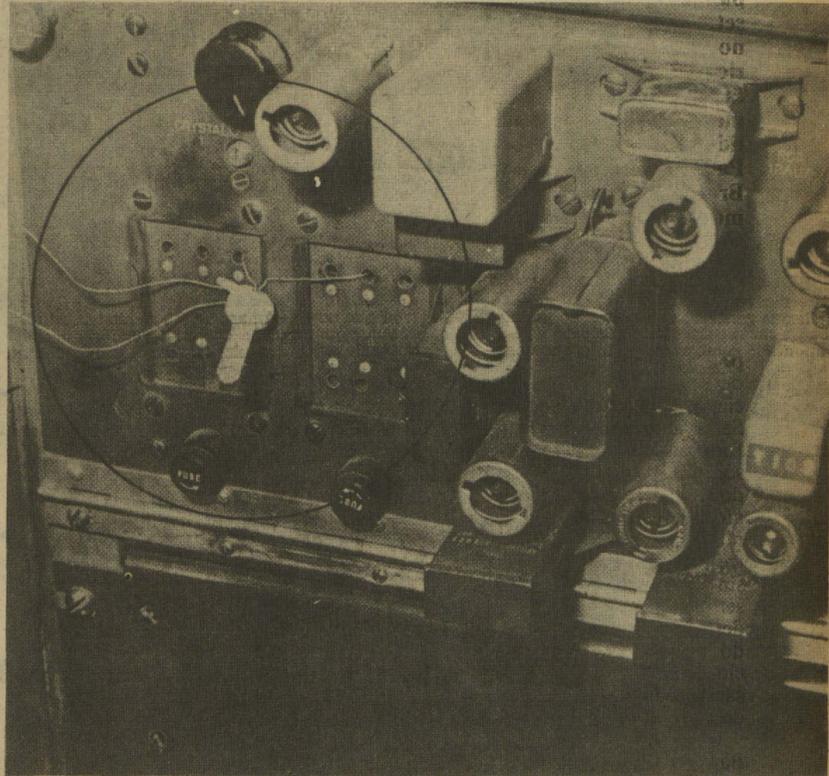
Arnaldo Alves, operário metalúrgico e suplente de

As urnas de 1982 mostram: se a periferia operária e progressista passa a ser interior, as forças mais conservadoras crescem de peso na capital paulista...

RESULTADOS DE 1982	Município de São Paulo unido		Santo Amaro isolado		São Paulo sem Santo Amaro	
	votos	%	votos	%	votos	%
Votos válidos	3.980.000	100,0	428.000	100,0	3.551.000	100,0
PMDB	1.674.000	42,0	205.000	48,0	1.468.000	41,3
PDS	693.000	17,4	67.000	15,7	625.000	17,6
PTB	821.000	20,6	51.000	12,1	769.000	21,6
PT	568.000	14,2	82.000	19,3	485.000	13,6
PDT	44.000	1,1	2.600	0,6	42.000	1,2
Branco	81.000	2,0	7.000	1,7	74.000	2,1
Nulos	96.000	2,4	10.000	2,5	85.000	2,4



Uma lei contra a imprensa



Lacre nos transmissores da TV Gazeta, São Paulo em abril de 1984

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

O essencial na reforma agrária

Está na ordem do dia um grande debate sobre a reforma agrária. Como não podia deixar de ser, as classes dominantes tratam de confundir o povo. Tal é o papel do jornal "O Estado de S. Paulo" que, no editorial do último dia 26, tenta argumentar que o problema do Brasil é de uma política agrícola acertada e não de alteração da estrutura agrária. Para este baluarte do conservadorismo em nosso país, falar em democratizar as oportunidades de acesso à terra é pura demagogia.

MONOPÓLIO DA TERRA

O motivo da irritação do "Estado" é a denúncia do presidente do Inbra, José Gomes da Silva, de que firmas e pessoas "domiciliadas em São Paulo possuem 85 milhões de hectares em todo o Brasil". E deve ter ficado ainda mais raivoso quando o próprio presidente José Sarney reconheceu que cerca de 45% das terras do país estão monopolizadas por 1% dos proprietários. De qualquer modo, o susto pela referência aos grupos paulistas sugere que provavelmente os donos do citado jornal tenham interesses ligados à questão fundiária.

Mas, quanto ao conteúdo do editorial, é certo que a política agrícola adotada pelos generais durante os 21 anos de regime militar foi desastrosa. E que a Nova República herda as conseqüências disto. Porém é preciso responder a uma indagação-chave: A serviço de quem estava esta política? E por mais que se esforcem os articulistas empregados pela família Mesquita, será difícil esconder que os grandes proprietários de terra e os grandes magnatas do capital foram os inspiradores e beneficiários destas orientações agora criticadas pelo "Estado". Note-se que na época do regime este jornal nunca se lembrou de falar na reforma agrária. Agora, quando fala, é para desviar o eixo do que deve ser de fato mudado.

POLÍTICA E PROPRIEDADE

O essencial que os trabalhadores não podem esquecer é que a política do governo sempre está a serviço de quem detém a propriedade dos meios de produção. Isto já foi apontado por Marx há mais de um século. A política agrícola só poderá de fato servir aos trabalhadores do campo e da cidade na medida em que se liquide o monopólio da propriedade da terra e que se assegure a posse deste meio de produção às famílias camponesas onde elas moram — isto só será possível com alterações profundas na atual estrutura fundiária e a conseqüente democratização da propriedade. É exatamente este arcabouço — com base no latifúndio — que a família Mesquita pretende preservar. Resta averiguar se esta defesa é apenas por fidelidade à causa da propriedade acima de tudo ou se tem alguma motivação menos "nobre" ligada aos tais 85 milhões de hectares.

CONTRA O PROGRESSO

Em 1859, Marx assinalava: "Na produção social da sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade; estas relações de produção correspondem a um dado grau de desenvolvimento das forças produtivas. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política...".

Quando as forças produtivas — os instrumentos de trabalho e os homens que acumulam certa experiência — entram em conflito com as relações de produção — principalmente as relações de propriedade — "inicia-se uma época de revoluções sociais", diz Marx. A velha formação social deve ceder lugar a uma nova, que permita uma nova arrancação no desenvolvimento da humanidade. É contra isto que se levanta tão irado o "Estado".

(Rogério Lustosa)

A Lei de Imprensa, imposta ao país pelo general Castello Branco em 1967, foi o instrumento jurídico idealizado pelos militares para amordaçar os meios de comunicação. Uma lei que caracteriza o direito de informar e ser informado como crime, e considera a liberdade um mal que precisa ser extirpado da sociedade. A Lei de Imprensa, ainda em vigor, precisa ir para a lata de lixo da História.

Desde o momento em que assumiram o poder, os militares mobilizaram suas tropas contra a imprensa. Jornalistas foram presos, torturados. Ao longo do regime militar, vários morreram trucidados nos cárceres, como Vladimir Herzog, em São Paulo. No ataque furioso que fizeram à inteligência do país, os gorilas (como eram chamados os golpistas nos anos 60) revelaram-se, de fato, primatas. Prenderam um vendedor de tábuas de logaritmo, no Rio de Janeiro, pensando tratar-se de material subversivo. No Rio Grande do Sul, apreenderam obras em hebraico pensando que eram textos revolucionários em chinês. Queimaram livros em praça pública, invadiram jornais, arrebataram máquinas tipográficas. Aprenderam material didático de alfabetização, alardeando ser material subversivo. Proibiram peças de teatro, filmes, cassara radialistas e trabalhadores progressistas da televisão. Na vã tentativa de legitimizar seus atos, os generais baixaram atos institucionais, impuseram decretos, elaboraram leis. Dentre essas aberrações jurídicas, surgiu a Lei de Imprensa, de número 5.250, normatizando a censura.

Agora, quando a vitória sobre os militares possibilitou o surgimento da Nova República, ganha urgência a necessidade de se removerem todas as leis de exceção, inclusive a de Imprensa.

A liberdade de imprensa possibilita ao proletariado preservar a sua imprensa de investidas jurídicas e policiais constantes por parte dos reacionários. Facilita o acesso aos meios de comunicação de massa, a difusão de suas análises e propostas para o conjunto da sociedade. Consciente de que na sociedade capitalista a liberdade de imprensa privilegia principalmente os burgueses, que contam com dinheiro para publicar seus jornais e montar suas emissoras de rádio e tevê, a classe operária sabe, contudo, que as liberdades políticas (a de imprensa entre elas) são imprescindíveis à sua luta pelo socialismo.

Os dominantes têm pavor da imprensa

A censura não foi uma invenção dos capitalistas. As classes dominantes de outras formações econômico-

sociais já a utilizavam. Na magistratura do império romano havia o censor, regulamentando a "moral pública". O papa Belasius emitiu o primeiro *index* (índice) de textos proibidos aos católicos em 499. Mas após a invenção da imprensa por Gutenberg, em 1450, aumentando a circulação de obras, a censura recrudesciu. Em 1501 o papa Alexandre VI condenou todos os textos impressos sem licença das autoridades religiosas. Em 1521 Carlos V proibiu as obras de Martinho Lutero, que polemizavam com os ditames vindos da hierarquia católica romana. Em 1564 a Santa Sé divulgou o *Index Librorum Prohibitorum*, listando autores cuja obra estava inteiramente banida aos católicos, fazendo um rol de livros isoladamente proibidos e estabelecendo regras para o expurgo parcial de obras que iam de questões doutrinárias do catolicismo até idéias políticas e pesquisas científicas. Vários governos, identificados com a Igreja de Roma, adotaram as proibições da Santa Sé como leis de seu Estado. Não demorou para que os governantes passassem a elaborar, também eles, seus índices de proibições.

A burguesia, quando era uma classe revolucionária em luta contra o domínio feudal, defendia a liberdade de imprensa - o seu direito de divulgar críticas ao sistema dominante e suas propostas de uma sociedade nova, capitalista. A defesa da imprensa livre consta do ideário da Revolução Francesa e do pensamento de Jefferson - porta-voz da Revolução Americana. Foi nos Estados Unidos, que não tinham um passado feudal como os países europeus, que a liberdade de imprensa - isto é, seu controle pela burguesia - primeiro vingou. A primeira emenda, de 1791, à Constituição americana de 1787 determina: "O Congresso não fará lei estabelecendo religião ou proibindo seu livre exercício; ou limitando a liberdade de expressão ou de imprensa", etc.

O direito de informar e ser informado nunca foi livre em terras brasileiras. Os jornalistas e populares que ousavam divergir dos ditames do poder através dos meios de comunicação sempre sofreram represálias. Desde pressões econômicas até prisões, torturas e assassinatos. Na maior parte dos casos, essas perseguições se deram à revelia da lei.

Da primeira Constituição brasileira, de 1824, até a elaborada pela Junta Militar, em 1969, sempre aparece enunciado que é "livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informações independentemente de censura" (artigo 153, § 8º da Constituição em vigor). Mas logo o texto segue com a restrição fatal: "Não serão, porém, toleradas a propagação de guerra, de subversão da ordem (...) e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes".

A censura vai sempre para as mãos da polícia

Na sua ofensiva contra a liberdade de imprensa, os militares a partir de 1964 valeram-se também de leis específicas, que regulam (ou proíbem) a comunicação, como a Lei de Imprensa, de 1967, e o Decreto-Lei 1.077, de 26 de janeiro de 1970 (introduziu a censura prévia alegando a defesa da moral e dos bons costumes).

Num debate sobre liberdades de imprensa e comunicação, Karl Marx vaticinou: "Um ótimo argumento para os donos de escravos é o de surrar a humanidade negra; uma máxima admirável para o legislador é a de sancionar leis represivas contra a verdade, pois assim poderá perseguir mais abertamente seus objetivos". E destacou: "Uma lei da censura é uma impossibilidade, porque seu objetivo é o de punir, não ofensas, mas opiniões; porque não pode ser outra coisa que aquilo que o censor formular; porque nenhum Estado tem a coragem de formular através de princípios legais e universais aquilo que pode ser feito na prática através de seu órgão, o censor. Também é por isso que a administração da censura é confiada, não aos tribunais, mas à polícia".

Também no Brasil policiais instalaram-se nas redações de jornais, vetando textos, fotos e ilustrações. Só no semanário *Movimento*, foram mais de 6 mil vetos, em três anos de censura prévia. Além disso, jornais foram apreendidos, como a *Tribuna Operária*, por denunciar arbitrariedades do governo militar.

Nos últimos anos do regime militar, a censura prévia foi abolida. Mas a proibição ao direito de informar e analisar acontecimentos continuou sendo aplicada, sempre que os militares se sentiram ameaçados no poder. Caso notório foi o da votação da emenda das eleições diretas ao Congresso Nacional. Uma emissora de tevê de São Paulo, entretanto,

por telefone, um político que fez alusões ao clima de Brasília no dia da votação das diretas. O governo não teve dúvidas: lacrou os transmissores da empresa!

Quem denuncia os corruptos pode ser preso

A Lei de Imprensa, imposta pelo general Castello Branco à nação em 1967, merece especial atenção. Segundo seu preâmbulo, ela visa "regular a liberdade de manifestação do pensamento e de informação". Seu artigo 1º reza: "É livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou idéias (...) sem dependência de censura (...)". Mas seguem-se outros 76 artigos, com seus parágrafos e itens estabelecendo restrições ou ameaças a quem ousar manifestar publicamente seus pensamentos ou procurar informações livremente. Embora o § 2º do artigo 1º estabeleça a necessidade de estado de sítio para o governo poder exercer censura, os censores invadiram as redações sem que o estado de sítio fosse decretado. O artigo 2º traz consigo uma incongruência: "É livre a publicação e circulação, no território nacional, de livros e de jornais e outros periódicos salvo se clandestinos". Ora, se "é livre a publicação e circulação", logo não existem publicações clandestinas. Mas seria demais exigir um raciocínio lógico de primatas...

Os atentos à liberdade ainda continuam no mesmo artigo 2º. Diz o seu § 1º: "A exploração dos serviços de radiodifusão depende de permissão ou concessão federal, na forma da lei". Através deste dispositivo, os generais e seus asseclas estabeleceram uma verdadeira rede de favorecimentos e de compromissos com os proprietários de estações de rádio e tevê. Em troca de apoio político e financeiro, os donos do poder, empresários e amigos dos ditadores de plantão passaram a explorar concessões nos meios de comunicação de massa, enquanto pendia sob a cabeça de opositores ao regime a ameaça constante de terem lacrados seus transmissores. Oposiçãoistas conseqüentes, e a classe operária em especial, viram-se impedidos de ter acesso às emissoras de radiodifusão.

A Lei de Imprensa ainda considera crime fazer "apologia de fato criminoso ou de autor de crime" (§ 2º do artigo 19). Cabe lembrar que o regime militar considerava "fato criminoso" a oposição à sua política e "autor de crime" quem levantasse a voz contra seus

ditames. Com isso, um simples notícia sobre um protesto popular contra o governo, ou o registro de uma greve considerada ilegal (e todas as greves eram ilegais, a partir de 1964) podiam levar à suspensão de um jornal e prisão de um jornalista!

Bizarro é o artigo 20 da famigerada lei. Com ele, os poderosos transformaram em norma legal a sua impunidade. O artigo considera crime "caluniar alguém imputando-lhe um fato definido como crime" e no § 3º deixa claro o seu objetivo: "Não se admite a prova da verdade" (de acusação feita) "contra o presidente da República, o presidente do Senado Federal, o presidente da Câmara dos Deputados, os ministros do Supremo Tribunal Federal, os chefes de Estado ou de Governo estrangeiros, ou seus representantes diplomáticos". Assim, vai para a cadeia o jornalista que levantar suspeitas sobre a conduta do presidente da República com casos de corrupção, como os da Coroa Brastel, Polonetas, e tantos outros que envolveram ministros do regime. O jornalista não poderá sequer provar que o presidente estava mesmo envolvido nos crimes contra o erário público. O acusador irá para a cadeia, e o ladrão passará o resto de seus dias gozando das benesses do dinheiro roubado.

Os jornalistas não são criminosos

No momento em que se discute um novo ordenamento jurídico para o país e em que a nação busca livrar-se do autoritarismo remanescente do pior regime político vivido pelo Brasil, não há o que justifique a permanência ou reformulação da Lei de Imprensa. Em 1849, respondendo a um processo contra o jornal em que trabalhava, Marx assim definiu o papel dos meios de comunicação: "A função da imprensa é ser o cão-de-guarda público, o denunciador incansável dos dirigentes, o olho onipresente do espírito do povo que guarda com ciúme sua liberdade". É fundamental garantir a livre manifestação do pensamento, o direito de informar e ser informado. Os jornalistas não são criminosos especiais que precisem de uma lei especial que os vigie. Os operários e demais trabalhadores não são criminosos em potencial que precisam ser afastados da livre informação e do debate sobre os problemas que os afligem. Sob suspeita de tornarem-se bandidos.

(Carlos Pompe)

DE OLHO NO LANCE

Medo da liberdade

Segundo o ministro Oscar Coifre, do Supremo Tribunal Federal, a convocação da Assembleia Nacional Constituinte é desnecessária... e até perigosa. Para este expoente do conservadorismo, na campanha pela Constituinte podem eleger-se "os que prometerem mais ou os que radicalizarem mais", prejudicando assim os "sérios e prudentes". Por incrível que pareça estas concepções fazem parte de uma palestra proferida pelo ilustre personagem, no curso de aperfeiçoamento para juízes, no Rio Grande do Sul, promovido pela Escola Superior de Magistratura.

No fundo estas idéias foram as que imperaram no Brasil nestes últimos 21 anos. Qualquer brecha poderia dar margem para os "radicais" avançarem. E o Brasil estaria ameaçado de transformar-se numa democracia! Foi este modo de pensar que levou o general Figueiredo a dizer abertamente que considerava o povo brasileiro incapaz de votar, porque não tinha o hábito de escovar os dentes.

Esclarecer e mobilizar o povo para derrotar estas correntes obscurantistas ainda encasteladas nas instituições, erguer as grandes massas para garantir a vitória da democracia e para promover com ímpeto as transformações e conquistar o progresso é o que a situação exige.

SOLUÇÕES

Solução sumária

Presidente Medici decreta suspensão de sessão plenária e convocação de Assembleia Nacional Constituinte em 1970. O deputado federal João Cabral, do MDB, denuncia a situação de emergência econômica e social do país. O deputado federal João Cabral, do MDB, denuncia a situação de emergência econômica e social do país. O deputado federal João Cabral, do MDB, denuncia a situação de emergência econômica e social do país.

PREVAMBULO

Novos meses de crise

Em 1970, o Brasil viveu um período de crise econômica e social. A situação de emergência econômica e social do país levou à convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte em 1970. O deputado federal João Cabral, do MDB, denuncia a situação de emergência econômica e social do país.

Leia e assinie opinião

Assine a Tribuna Operária e receba gratuitamente em sua casa o jornal Opinião, uma publicação mensal de análise política e econômica. O preço é de R\$ 1,00 por exemplar. Assine por 6 meses por R\$ 5,00 ou por 12 meses por R\$ 9,00. Envie o comprovante de residência e o valor em dinheiro para: Tribuna Operária, Caixa Postal 10.000, São Paulo, SP.

Página do jornal Opinião mutilada pela censura, em 1973



Canavieiros retomam o trabalho após seis dias de greve, em que obtiveram conquistas parciais

90 mil canavieiros voltam ao trabalho

Terminou, dia 27, a greve dos cortadores de cana da região de Ribeirão Preto. Durante seis dias, cerca de 90 mil canavieiros paralisaram os trabalhos nas usinas de açúcar em muitos locais, sofrendo violenta repressão policial. O acordo salarial assinado contempla algumas conquistas sociais e o principal ponto — a medida em metros foi aceite em parte.

Para Élio Neves, diretor da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de São Paulo (Fetaesp) — que coordenou o movimento —, “o acordo foi um grande avanço”. E acrescenta: “É o primeiro acordo estadual com este nível de conquistas sociais. Os trabalhadores rurais não tinham, até o momento, estipulado em acordo o piso salarial. Na questão da metragem, não foi atendida nem a pretensão patronal, nem a dos trabalhadores”.

A medida da cana cortada foi o ponto mais difícil de se chegar a um acordo entre as partes em conflito. Os trabalhadores exigiam como tipo de medida o metro linear, enquanto os patrões se aferravam para que permanecesse o sistema por toneladas. No acordo se estipula que o pagamento da cana cortada será feito diariamente na medida por metro linear. O valor do metro será obtido a partir do preço fixado em tonelada. Para efeito desta conversão, o preço do corte de uma tonelada de cana será variável, entre Cr\$ 4.960 e Cr\$ 5.200.

DIREITO DE FISCALIZAR

Toninho, um cortador de cana do município de Pitangueiras e um ativo piqueteiro, explica por que não concorda com a medida feita à base da tonelada: “Você corta quase um caminhão de cana e na hora eles falam que tinha 11,12 mil quilos. Por que eles não aceitam por metro? Por que a gente está vendendo”. Ainda bastante revoltado com a repressão que se abateu sobre eles, diz na sede do Sindicato de Pitangueiras: “Se você exige um pouquinho de aumento, eles (os patrões) já mandam a polícia bater”.

Outros pontos da pauta de reivindicações conquistada pelos trabalhadores rurais foram: antecipação de 50% do INPC de maio, junho e julho, a vigorar a partir de 1º de agosto; paga-

OPINIÃO

Mudanças no campo

Após a explosão de greves na área da cana de Ribeirão Preto, em maio de 1984, o movimento dos trabalhadores rurais paulistas deu um salto de qualidade. Esta movimentação das massas camponesas super espoliadas tirou da letargia muitos sindicatos distantes das reivindicações da sua categoria e abriu o caminho para o surgimento de outras entidades sindicais, aproveitando-se as novas lideranças que apareciam.

Esta mudança no sentido do avanço se refletiu também na Federação dos Trabalhadores na Agricultura de São Paulo

(Fetaesp), que até aquela data se caracterizou por uma atividade débil, bem aquém de outras congêneres, como a de Pernambuco, Goiás e Rio Grande do Norte. Em janeiro deste ano coordenou a greve dos desempregados da cana, que atingiu 10 municípios. Numa atitude correta, orientou os sindicatos com três meses de antecedência para a campanha salarial de maio. Se o movimento grevista não foi totalmente vitorioso, tirou-se um saldo organizativo altamente positivo, abrindo-se perspectivas favoráveis nas próximas batalhas com os patrões.

mento do salário em caso de doença comprovada do trabalhador; estabilidade de 60 dias para a trabalhadora gestante; contrato de trabalho deve ser assinado diretamente entre o empregador e o empregado, evitando-se a contratação por intermediários, os “gatos”.

Élio Neves explica como se deram estas conquistas: “Os cortadores de cana tiveram o reajuste em janeiro em função de uma greve. Em maio, agora, foi em cima de outra greve. E em agosto vamos ter novo reajuste. Em oito meses nós vamos ter três reajustes”. Estes números revelam os frutos da mobilização intensa dos trabalhadores rurais da região de Ribeirão Preto.

MOVIMENTO ORGANIZADO

A greve mexeu com a categoria, que pela primeira vez fez um movimento paredista organizado e amplo no interior paulista. Os usineiros, que mantêm uma exploração brutal em seus domínios, usaram todo tipo de pressão para amedrontar os trabalhadores rurais e fazê-los voltar ao trabalho. Além dos feitores armados, os usineiros contaram com o apoio da PM, que castigou violentamente os grevistas.

Em Pitangueiras e Serrana, duas pequenas cidades da região, a repressão policial foi mais intensa. Em Serrana, foram presos 60 grevistas e em Pitangueiras a PM espancou até mulheres e crianças e ia nas casas

buscar os trabalhadores. Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais destas duas cidades tiveram um papel destacado no movimento. Mesmo com experiência de luta recente — foram criados há poucos meses — os sindicalistas se temperam na luta e orientam a sua categoria.

APOIO E SOLIDARIEDADE

A solidariedade dos operários para com os trabalhadores do campo se manifestou desde os preparativos para a greve. Hélio Cândido, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ribeirão Preto, explica que a sede do Sindicato, em Sertãozinho, foi utilizada para as assembleias preparatórias à greve. “Na nossa região — diz ele —, todo metalúrgico já cortou cana. Então existe aquela solidariedade. O pessoal conhece o sofrimento do trabalhador rural”. Hélio, por exemplo, trabalhou durante quatro anos no corte de cana.

Em Bebedouro, Barretos e Matão, até o fechamento desta edição, os apanhadores de laranja permaneciam em greve, iniciada dia 21, junto com os cortadores de cana. Os colhedores querem receber entre Cr\$ 1.500 e Cr\$ 3 mil por caixa de laranja de 28 quilos — dependendo do pomar — e a Associação Brasileira das Indústrias de Sucos Cítricos — que negocia em nome dos patrões — oferecia de Cr\$ 465 a Cr\$ 488 pela caixa colhida.

Mestres continuam em luta nos Estados

Os professores goianos conquistaram a primeira vitória de seu movimento, no último dia 27, com a decisão do governo Iris Rezende de abrir as negociações para que se chegue ao fim da greve iniciada no dia 14 de maio. Isto ocorreu horas após a realização de uma assembleia geral da categoria que contou com a presença de cerca de 3 mil professores, quando foi aprovada a continuidade da paralisação.

Os mestres estão decididos a não abrir mão de algumas reivindicações que consideram essenciais, como eleição direta para diretor de escola, piso salarial de três mínimos, estabilidade da carga horária, criação de vagas no Estatuto do Magistério e a regularização funcional de todos os funcionários da Educação, incluindo a contratação dos concursados.

A categoria continua unida tanto no interior quanto na capital do Estado. Esta unidade se manifesta através da firme disposição de levar adiante a luta por suas reivindicações.

Na Paraíba, encerrou-se na semana passada um greve da categoria, com a promessa do governador Wilson Braga de estudar as reivindicações dos professores.

As autoridades responsáveis tanto do Estado do Ceará, como de Fortaleza, continuam agindo com total descaso em relação à greve dos professores do 1º e 2º graus. A atitude do prefeito César Neto não

causou muita surpresa, já que ele foi malufista até o fim. Mas a posição do governador Gonzaga Mota está em desacordo com a postura que vem assumindo desde que se decidiu a apoiar Tancredo Neves e a Aliança Democrática. Ainda mais levando-se em conta o quadro do magistério cearense: 30 mil professores recebem menos de um salário-mínimo e os do 3º pedagógico ganham apenas Cr\$ 139 mil, ou seja, 0,42% do salário em vigor.

Os professores amazonenses, liderados pela Associação Profissional dos Professores do Amazonas, conquistaram significativas vitórias em seu movimento reivindicativo, com piso salarial de três mínimos, dado em três parcelas a partir de novembro deste ano; diminuição de carga horária de 30 para 20 horas semanais, sem perda salarial, a partir do ano que vem, e “salário-giz” imediato para os aposentados; liberação de dois diretores da APPAM de uma carga horária para ficar a serviço da entidade.

Em São Paulo, encerrou-se no sábado, dia 24, uma greve de três dias convocada por uma das quatro entidades do magistério paulista, numa assembleia com presença de cerca de 10 mil pessoas. Os professores prosseguem sua mobilização com atos de protesto por suas reivindicações, entre 30 de maio de 1º de junho, o professor paulista elegerá a nova direção de sua maior entidade, a Apeoesp.



Bancários: este ano fazem campanha salarial nacional unificada

Bancários rejeitam o plurissindicalismo

As mudanças na legislação sindical — em especial a autonomia e liberdade sindical — polarizaram as discussões do XIV Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais Bancários e Securitários, realizado de 22 a 24 de maio, em Florianópolis. Nos próximos dias 8 e 9, os bancários realizam um Encontro Nacional no Rio, para discutir a campanha nacional unificada dos 700 mil integrantes da categoria. Os bancários pleiteiam INPC integral e aumento real dos salários, reposição salarial, reajuste trimestral e estabilidade no emprego.

PLURISSINDICALISMO

Mais de 100 dirigentes sindicais, representando cerca de 50 sindicatos e federações, participaram do Encontro de Bancários e Securitários, realizado em Santa Catarina. O ponto alto foi a discussão sobre a ratificação ou não da Convenção 87 da OIT, que objetiva a implantação do plurissindicalismo sob a capa de não-ingerência do Estado nos sindicatos e liberdade de organização dos trabalhadores.

O Sindicato dos Bancários da Bahia foi dos que mais se empenhou em desmascarar o caráter antidemocrático e demagógico das Conferências da OIT, onde os trabalhadores têm assento na mesa de discussão junto com os patrões e membros dos governos burgueses. Só que os representantes dos trabalhadores são escolhidos pelos próprios governos.

A referida Convenção 87 foi formulada, em essência, pelos representantes do imperialismo americano e dos países dominados economicamente, em 1948. Ela se omite em relação ao direito de greve. A adoção da Convenção 87 acarretou graves perdas para os trabalhadores em vários países. O movimento sindical deixou de ter a sua independência, passando a ser dirigido por centrais sindicais de caráter religioso, partidos social-democratas ou setores explicitamente burgueses, que jogam na sua divisão.

DISCUTIR O PACTO SOCIAL

Discutir profundamente qualquer “pacto” antes de se pronunciar em relação a ele, não concordar com nenhuma perda econômica ou salarial por parte dos trabalhadores, não abrir mão dos princípios elementares do movimento sindical foram as questões mais lembradas na discussão do pacto social, travada no Encontro Nacional em Santa Catarina. A organização de debates, seminários e encontros para tratar do pacto social foi a sugestão tirada para as entidades sindicais. Reforma agrária, reforma urbana, rompimento com o FMI, direito de greve, estabilidade no emprego e combate ao desemprego devem ser temas vinculados a qualquer discussão sobre os caminhos a serem trilados pelo país. Everaldo Augusto, diretor do Sindicato dos Bancários da Bahia,



O ato dos funcionários em Porto Alegre

Funcionários do município de Porto Alegre protestam

Os funcionários municipais de Porto Alegre paralisaram suas atividades no último dia 24, reivindicando reposição salarial de 30%. No mesmo dia, realizaram uma manifestação em frente à Prefeitura com a presença de cerca de três mil servidores, mostrando sua força e deixando claro que, se o Executivo não atender a reivindicação, poderão entrar em greve. A reposição de 30% visa cobrir a defasagem dos salários, reconhecida até mesmo pelo prefeito malufista João Dib e sua equipe.

A reivindicação dos servidores conta com o apoio de todos os vereadores, inclusive os do PDS. Uma comissão de vereadores, funcionários e representantes do prefeito, foi formada para estudar as formas de se conceder a reposição. No entanto o prefeito continua intransigente. Os funcionários mantêm sua mobilização e podem entrar em greve caso suas reivindicações não sejam atendidas.

(da sucursal)

Lançada campanha por diretas para reitor em Goiás

Foi lançado oficialmente, no último dia 28, no auditório do Básico, a campanha “diretas para reitor da Universidade Católica de Goiás”. No ato de lançamento estiveram presentes inúmeras entidades democráticas e populares que hipotecaram seu apoio à campanha. A Associação dos Professores, a Associação de Servidores e o DCE da UCG são entidades promotoras do evento e reivindicam participação efetiva no processo de escolha do novo reitor da Universidade.

Um documento assinado pelas três entidades foi entregue ao presidente da Sociedade Goiana de Cultura, Dom Fernando Gomes.

O professor José Maria Baldino, presidente da APUC, disse que o lançamento da campanha foi apenas o ponto de partida para a discussão e a mobilização dos diversos segmentos da Universidade. Ele lembrou que “A Universidade vem desempenhando um importante papel no processo de democratização da sociedade brasileira, mas sua estrutura carece de uma reformulação que elimine os recursos do autoritarismo deixados pela reforma universitária de 1968”. Na opinião da presidente do DCE, Maria Leonor, a proposta de eleições diretas para reitor “é uma forma de questionar todo o regime interno autoritário da Universidade que nos foi legado pela reforma universitária da ditadura militar”. (da sucursal)

Secundaristas da UMES em Belém vão ter sede provisória

A União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Belém conseguiu, junto ao novo secretário de Educação do Pará, Fernando Coutinho Jorge, uma sede provisória — após o golpe de 1964, os militares invadiram a antiga sede da entidade na capital paraense.

Dia 22, a UMES entregou ao secretário Fernando Jorge seu “Programa Mínimo”, no qual reivindica democracia nas escolas, mais verbas para a Educação, fim da cobrança de taxas nas escolas públicas, entre outros pontos. O secretário afirmou reconhecer a UMES como entidade representativa dos secundaristas. Mostrou-se preocupado com a distribuição da meia-passageiro do transporte urbano que, na sua opinião, não está beneficiando o conjunto dos estudantes da capital. Para ele, isso se deve à demasiada burocratização no controle da meia-passageiro. A UMES, os diretores de escolas e o órgão encarregado do controle da passagem de transporte vão-se reunir para discutir o assunto.

Participaram da audiência com o secretário de Educação o presidente da UMES, Afonso Celso de Araújo, juntamente com o restante da diretoria, dirigentes de vários centros cívicos e Raimundo Miguel dos Reis e Nilton Silva, diretores da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. O secretário Fernando Jorge expressou seu apoio ao Congresso da UMES, a realizar-se nos dias 5, 6 e 7 de julho, em Belo Horizonte. (da sucursal).



Policiais desmantelam piquetes para a passagem de caminhões de cana



Soldado da PM: presença constante, além da segurança interna e dos marginais de Akira

GM se vinga da greve com opressão na fábrica

A General Motors Corporation, segunda maior multinacional do mundo, usa requintes de violência para vingar-se dos 10.300 metalúrgicos que em abril-nao ousaram paralisar sua fábrica em São José dos Campos. Já contratou até marginais, sob comando de um certo Akira, para perseguir os operários — que denunciaram um ambiente “fúnebre” e “de escravidão”.

Akira, dono de uma academia de Karatê na cidadezinha de Jacareí, é conhecido por suas amizades com a polícia e suas conexões com o crime: há dois anos conseguiu a aceitar a “encomenda” de um homicídio, que não se consumou. Vive e alugar os serviços de um bando de leões-de-chácara, que inclui desde bandidos propriamente ditos até elementos da PM.

Foi essa gente que a empresa americana contratou, a partir de quinta-feira, dia 3, para infernizar a vida dos operários. Os mercenários — em número de 20 mais ou menos — transitam pela fábrica dissolvendo rodinhas de trabalhadores, ameaçando, humilhando.

Além do bando de Akira, dos homens da segurança multinacional, comandados por um ex-capitão da polícia Militar, há presença constante da PM dentro dos muros da fábrica, desde os últimos dias da greve. E 31 operários estão respondendo a um inquérito policial. **CADE A PRINCESA ISABEL?**

Os operários de São José dos Campos — o mais importante centro industrial do vale do Paraíba, em São Paulo — compararam a situação atual da GM com a de um quartel, ou um campo de concentração, ou ainda com os tempos da escravidão. “Precisa é ressuscitar a Princesa Isabel”, desabafa um preto retinto, membro da Comissão de Fábrica, emitido.

Todo dia os metalúrgicos da GM são levados para um ônibus, o da MVA, para identificação, triagem e resta. Só depois começam o trabalho. Os seguranças e outros têm ordem para não permitir qualquer ajuntamento, mesmo de dois operários. Até nos banheiros há vigilância. O intervalo de 15 minutos para o cafezinho foi suprimido.

Têxteis paraibanos apóiam Chapa 2

União Têxtil é a Chapa 2 que concorre, neste dia 4, à reeleição do sindicato dos têxteis de João Pessoa. A categoria, hoje, está muito duvidosa. Com a crise, fábricas como a Tecinorte e o Plynor — a segunda maior do município — fecharam as portas, jogando mais a metade da categoria no desemprego. Toália e Citex, as fábricas ainda em funcionamento, também dispensaram grande número de seus funcionários, deixando a categoria com 200 operários — cerca de

600 sindicalizados. Há três anos, o Sindicato foi tomado das mãos do pelego, mas a política incorreta da diretoria que assumiu “transformou a entidade numa seita, uma propriedade de um grupinho, que não ouve a categoria”, denuncia Capilé, candidato da União Têxtil. A chapa União Têxtil surgiu porque os integrantes da Chapa 1 alijaram de sua composição os membros da atual diretoria que não rezam pela cartilha do PT e da CUT (o atual presidente

ra e foi demitido apenas nove meses antes da aposentadoria. Seu Barbosa não esconde a revolta, mas também não perde o ponto de vista de classe: “A maior injustiça — diz — não foi comigo mas com todo mundo”.

GIGANTE DA EXPLORAÇÃO

A GM foi durante muito tempo a maior empresa do mundo e ocupa hoje o segundo lugar, depois da Exxon. Explora nada menos que 800 mil trabalhadores, em todos os continentes, e tem um faturamento de dezenas de bilhões de dólares. Na greve de abril-maio, os brasileiros tiveram uma amostra de como surgiu esse poderio todo.

Tanto em São José dos Campos como em São Caetano, a empresa não quis saber de negociação. E usou a justa luta dos metalúrgicos como pretexto para tentar uma restauração da ditadura fabril que havia implantado sob o regime dos gerais.

Nos últimos tempos, a multinacional havia perdido algum terreno para os operários dentro da unidade de São José. A CIPA, antes bionôca, fora renovada com metalúrgicos de confiança e começara a funcionar de verdade. Como fruto da greve de 1984, efetivara-se no início deste ano a Comissão de Fábrica. O que ocorre agora é a revanche da GM.

A empresa não foi boba. Tirou partido do episódio que a grande imprensa chamou de “sequestro dos mensalistas” para confundir a opinião pública. Montou um sofisticado esquema de espionagem da greve, sediado num andar inteiro do “Novo Hotel” alugado expressamente para isso. Mandou espies filmar e gravar as assembléias. E agora combina o terror com a mais deslavada mentira patronal para quebrar qualquer resistência.

Alguns operários, mesmo não tendo sido demitidos, não suportam o clima e estão procurando outro emprego. Mas a revolta contra os opressores vai lavrando, em silêncio. A GM devia saber; quem semeia ventos...

do Sindicato e candidato à reeleição é presidente estadual da CUT).

A Chapa 2 compromete-se a lutar pela elevação do nível de conhecimento dos operários, melhoria da assistência médica, odontológica e jurídica ao trabalhador, por uma nova política salarial, melhoria das condições de trabalho, atuação na área de esporte e lazer, moradia, condições de transporte e pela reunificação do Sindicalismo.

(da sucursal).

Erros de direção na greve dos metalúrgicos

A greve dos metalúrgicos no ABC e em várias cidades do interior paulista foi o maior e mais importante confronto de classes ocorrido nos últimos meses. Torna-se essencial, por isso, que sua experiência, rica em ensinamentos, seja amplamente discutida e avaliada em toda sua dimensão e nas suas consequências.

Tanto no seu desenvolvimento como nos resultados, o movimento traz novidades e lições indispensáveis ao aprimoramento da luta contra a burguesia — em especial, as multinacionais e o grande capital. Ocorreu dentro de um contexto de impulso da luta de classes no país, favorecido pelos ventos democratizantes da Nova República. Num momento que registrou, dentre muitas outras, as paralisações dos aeroviários e aeronautas, dos ferroviários e eletricitários, o que não ocorria desde 1964.

Os metalúrgicos tiveram o mérito de colocar na ordem do dia uma plataforma de unidade, levantada com força por todos os trabalhadores do país: redução da jornada de trabalho para 40 horas, trimestralidade, aumento real dos salários, estabilidade e Comissão de Fábrica. Contribuíram, nesse sentido, para facilitar a união de todos os assalariados e do movimento Sindical na luta contra o capital. Em várias empresas metalúrgicas da capital paulista, já está sendo negociada a redução da jornada semanal de trabalho.

A greve obteve vitórias parciais. A conquista da redução da jornada de trabalho em grande número de empresas, de diferentes regiões, mostrou que, além de justa, a reivindicação tem atendimento plenamente viável.

Os patrões sofreram grandes prejuízos econômicos. Entretanto não foram pequenas as perdas sofridas pela classe operária. Mais de 3 mil trabalhadores demitidos, dispensas que não ocorreram a esmo: o facão caiu sobre a nata da categoria; praticamente todos os membros das Comissões de Fábrica, cipeiros e ativistas escolhidos a dedo foram para a rua. O patronato atacou o que havia de mais organizado no interior das fábricas, procurando arrebentar com um trabalho realizado ao longo de anos.

Também ficou evidente o esvaziamento progressivo da greve, afinal limitada a duas montado-

PONTO DE VISTA SINDICAL



JOÃO BATISTA LEMOS

Metalúrgico, diretor do Centro de Estudos Sindicais (CES)

ras (Volks e Ford, com paralisação apenas parcial). As últimas assembléias não chegaram a reunir mais que 1 a 2 mil operários. O acordo fechado com o Sindipeças (patronal) está longe de atender os interesses dos trabalhadores (veja abaixo). Desesperado, o presidente do PT, Lula, chegou a fazer alusões desonrosas aos operários, a quem indagou se “são homens ou sacos de batata”.

As derrotas sofridas pelos trabalhadores, contudo, explicam-se não por falta de espírito e capacidade de luta e resistência dos metalúrgicos. Foram causadas, fundamentalmente, pela condução inadequada e estreita dos dirigentes sindicais petistas, particularmente no ABC. Toda vez que a nossa classe vai para um campo de batalha, temos de avaliar com o máximo de precisão a correlação e a disposição das forças em confronto, bem como as perspectivas do movimento, adequando as formas de luta à realidade.

Tendo em vista o caráter e a importância da plataforma levantada pelos operários, bem como o momento político em que foi desencadeada a greve, era de se esperar a radicalização patronal. Embora tenha se registrado divisão no seio do empresariado, o núcleo mais representativo da Fiesp, o do grande capital, manteve-se coeso. Seria ilusório manter a expectativa de que com uma só tacada fossem arrancadas a redução da jornada para 40 horas, a trimestralidade integral e outras reivindicações. Para as massas, a Nova República surgiu como uma abertura das compor-

tas e o capital tratou de diminuir esse ânimo: “Que os operários não pensem que vai ser fácil fazer greve”, foi a ameaça que fez.

E encarregaram-se de prová-la. Impossibilitados de usar o instrumento da intervenção sindical, passaram a cassar pela base, nas fábricas, visando as lideranças nas CIPAs, Comissões de Fábrica e ativistas. “Limpar a fábrica das lideranças”, tornou-se a nova palavra de ordem patronal. Desde o início estava clara a disposição de derrotar o movimento, desmoralizar o Sindicato dos Metalúrgicos e desgastar a greve como instrumento de luta dos trabalhadores.

As lideranças petistas, além de subestimarem esses fatores, impingiram ao movimento uma direção que o deixou mais vulnerável à reação do capital. A essência da força dos operários reside precisamente em sua unidade, que foi retalhada pela chamada operação “vaca brava” (copiado do sindicalismo social-democrata alemão). Tanto no ABC como no conjunto do chamado grupo “independente”, o resultado foi lastimável. Além de provocar uma confusão geral entre os trabalhadores, diminuiu o impacto da greve que, em todos os momentos, esteve restrita a algumas empresas, dividindo a categoria.

Essa direção, baseada em uma visão economicista do movimento, deu vários sinais de vacilação, desespero e esteve às portas da capitulação ao propor que o patronato tivesse o direito de reparar aos preços dos produtos as conquistas eventualmente obtidas. Levou a greve ao isolamento, não coordenando a luta com a ação política mais geral do proletariado e com todas as forças populares e democráticas. Ao mesmo tempo, caracterizou-se pela partidarização mais mesquinha, chegando ao cúmulo de patrocinar a expulsão, da Comissão de Mobilização de São Bernardo, de uma companheira não identificada com as idéias petistas.

A classe operária deve aprender essas lições, esforçar-se para superar as debilidades evidenciadas nesta greve a fim de garantir, nas próximas batalhas, uma atuação mais unitária, flexível e eficiente no confronto com o capital, visando, fundamentalmente, criar as condições para a luta unitária e geral de todos os trabalhadores em torno de bandeiras como a redução da jornada para 40 horas, trimestralidade e outras.

“Pacto” desvantajoso em São Bernardo do Campo

Até o encerramento desta edição, permanecia em impasse as negociações entre os metalúrgicos empregados nas empresas montadoras de São Bernardo e as multinacionais representadas pela Fiesp. O movimento grevista, em franca exaustão, caminhava, contudo, para um resultado em quase nada favorável para o operariado.

O modelo de acordo agora pretendido pelo Sindicato dos metalúrgicos (dirigido pelo PT-CUT) é o que foi celebrado com o Sindipeças — que reúne as indústrias de autopeças da região —, negociado secretamente com os empresários, conforme admitiram algumas lideranças petistas. Nele, ao lado de algumas vantagens mais aparentes que reais, figura uma espécie de “pacto” com os patrões, pelo qual os sindicalistas comprometem-se a não realizar greves durante um período de pelo menos dois anos.

A vigência prevista para esse acordo, no setor de autopeças, de fato, é de dois anos, ressalvando conquistas mais favoráveis já obtidas em algumas pequenas e médias empresas. Entre outras coisas, foram suprimidos os intervalos para o café e ficou estabelecido que o pagamento do adicional de horas extras corresponderá, agora, apenas a 50% sobre o valor do salário hora, e não 100% como queriam os operários.



Foto: Cesar Diniz

Uma fábrica paralisada, outras não: unidade quebrada pela “vaca brava”

Os patrões concedem muito pouco: uma promessa vaga de reavaliar as demissões efetuadas (mais de 3 mil); pagamento dos direitos trabalhistas dos desempregados; discussão da trimestralidade até 8 a 14 de julho e a jornada de trabalho gradualmente reduzida para 44 horas até março de 1987.

Já as montadoras pretendem um acordo ainda mais humilhante, que prolonga a régua até agosto de 1987. Isto, para um

foi aceito. No cômputo geral, o “pacto” estabelecido em São Bernardo pode ser considerado favorável às multinacionais. Não corresponde aos anseios da classe operária da região e muito menos do conjunto do proletariado brasileiro. Pesou, sobretudo, para que se chegasse a este lastimável resultado, os erros de direção exclusivista e estreita da greve, especialmente a chamada operação “vaca brava”, que quebrou a unidade dos operários.

"Na rua o castanheiro foi espancado até morrer"

Aqui, em Marabá, tem um senhor chamado Sebastião que é um verdadeiro terror: vive matando pais de família na fazenda, nos castanheais e até mesmo em ple-

na rua e ninguém toma providência.

Sebastião é o chefe dos pistoleiros do castanhol do coronel Cartorfo, como o chamam. No início de feve-

reiro ele matou a sangue-frio três posseiros aprisionados pelos pistoleiros e levado até a sede da fazenda; e depois obrigou todos os homens presentes a dar uma

descarga de bala nos corpos.

No dia 8 de fevereiro ele mandou dois soldados da PM matarem um senhor chamado José Magno, o qual foi executado no meio da rua para todo mundo ver. E no dia 9 de maio as cenas de crueldade do Sebastião tornaram a se repetir, quando dois de seus capangas pegaram um ex-castanheiro da fazenda e o mataram no meio da rua, na frente de muita gente. Eles bateram no homem de chicote feito de fio elétrico até o infeliz parar de gritar e ficar imóvel no chão. Foi um horror. Depois a vítima foi levada até o Pronto Socorro, onde terminou de morrer.

Sebastião está com todos os seus capangas vasculhando as pensões em busca de um outro castanheiro, José Pereira, e diz abertamente que fará com ele o mesmo que fez com Magno.

O mais espantoso é que ninguém toma nenhuma providência. Sebastião e seus pistoleiros continuam impunes. E este é apenas um dos manda-chuvas de Marabá, que é um verdadeiro faroeste: quem manda é o mais forte. Estamos na Nova República e não podemos mais aceitar essas coisas. (leitor da TO em Marabá, Pará)



Aparelho repressivo do Mappin dá inveja até aos generais

Somos funcionários das lojas da rede Mappin. Estamos aqui denunciando as terríveis pressões e perseguições de que estão sendo vítimas alguns companheiros e companheiras em função das lutas por uma série de reivindicações que estão levando o pessoal a se organizar. Há 28 anos não ocorre greve nestas lojas.

Nestes anos todos o Mappin vem aumentando seus lucros às custas do arrocho salarial imposto a seus funcionários, pagando bem abaixo do que as empresas do seu porte. As condições de trabalho são as piores possíveis e a empresa ainda conta com um aparato de segurança de dar inveja a qualquer general direitista, com inúmeros seguranças e fiscais de loja fardados e à paisana, além de salas próprias para intimidação e coação. Estes seguranças inclusive apreenderam material de propaganda distribuído na rua, fora da loja; mandam prender boletins informativos dos funcionários do Mappin.

Em março os companheiros do setor de transporte da Rede fizeram

uma greve de três dias e conquistaram várias reivindicações, entre elas a estabilidade de 6 meses, estendida a todos os funcionários das lojas. Por outro lado, os companheiros das lojas, baseados neste exemplo, resolveram lutar por uma série de reivindicações, pensando inclusive na possibilidade de greve. As reivindicações são: estabilidade de um ano, reajuste de 100% do INPC, piso salarial, comissão de funcionários com estabilidade, jornada de 6 horas, salário fixo de três mínimos e mais a comissão média da matriz, entre outras.

Sabendo disto, o Mappin passou a utilizar todo o aparato para controlar seus funcionários para que não aderissem à luta.

Deixo o nosso repúdio denunciando esta atitude e lembrando aos companheiros de serviço que temos estabilidade até setembro. Temos de lutar para continuar garantindo nosso emprego depois dessa data, bem como nossas reivindicações. (amigos da TO que trabalham no Mappin - São Paulo, SP)

Professor alvejado por vigilante com balas dundum

Os professores da rede particular de ensino de Pernambuco aprovaram em assembléia geral da categoria, no dia 10 de maio, uma série de reivindicações a serem apresentadas à classe patronal visando ao dissídio coletivo no mês de junho. Entre elas, a unificação do piso salarial hoje dividido em três faixas, uma taxa de produtividade de 6%, além do INPC integral para todos os professores, comissões por escolas, estabilidade no emprego durante a regência do dissídio e aviso prévio de 60 dias.

O Sindicato dos Professores no Estado de Pernambuco está ainda elaborando uma nota de protesto a ser divulgada amplamente, de-

nunciando a violência praticada contra nosso companheiro Bui de Oliveira, secretário da entidade, baleado covardemente na noite de 9 de maio pelo vigilante da Academia Santa Gertrudes, em Olinda, quando estava no trabalho de mobilização da categoria para a assembléia do dia 10.

O companheiro Bui de Oliveira recebeu uma bala dundum na região lombar e se encontra internado na UTI do Hospital Getúlio Vargas em estado grave. A diretoria, juntamente com todos os professores pernambucanos, repudia veementemente o atentado perpetrado contra o combativo dirigente sindical. Ao mes-



mo tempo, denunciemos a existência de verdadeiras milícias armadas para tentar intimidar a luta dos pro-

fessores pernambucanos. (Prof. Jurandir Pilar, diretor do Sindicato dos Professores de Pernambuco)

Lições da greve dos picolezeiros

No Cabo, até os picoleiteiros (vendedores de picolé) fazem greve. No dia 14 de maio uma centena deles cruzou os braços espontaneamente, negando-se a apanhar os picolés para serem vendidos.

É que as sorveterias decidiram aumentar os preços de Cr\$ 50 para Cr\$ 80 e os picoleiteiros seriam obrigados a vender por Cr\$ 150 em vez de Cr\$ 100. Conscientes de que teriam dificuldade em vender com o aumento do preço, já que a vendagem é feita aos trabalhadores, não vacilaram. Como disse Erik Soares, de 18 anos, líder da greve, filho de operário e nesse ra-

mo há dois anos, "alguém tem que ter a idéia para tentar mudar as coisas. E eu pensei e discuti com os colegas: 'que tal fazer uma greve para ver se o picolé baixa?' De início muitos não toparam, pois greve sempre dá polícia.

"Começamos em uma sorveteria. Chegamos cedo e conversamos com os colegas para ninguém retirar os picolés para forçar os donos das sorveterias a baixarem os preços. Fui para outra sorveteria e passei para os colegas nossa decisão. Das 6 sorveterias existentes no Cabo, conseguimos parar a saída dos picolés em 4.

Não tivemos condições de visitar as outras duas.

"Fomos vitoriosos! Os donos mantiveram os preços anteriores e forçaram as outras duas a baixarem também. E só parando que os patrões nos ouvem. Fizemos tudo dentro da lei, não danificamos nada".

Erick faz sua avaliação da greve: "Ela não deu muita coisa para os picoleiteiros, mas teve um valor político, já estamos pensando em fundar uma Associação de vendedores de picolés para lutar por nossos interesses. Não temos carteira assinada, salário fixo, assistência médica, nada! Em

caso de acidente o vendedor é quem assume tudo. Precisamos despertar os picoleiteiros, que são trabalhadores".

"Outra reivindicação que temos é que a Rede Ferroviária permita a circulação de vendedores de picolé, pipoca e outras coisas nos vagões, no percurso de Cabo a Recife. A Rede colocou policiais nos trens e somos perseguidos. Já houve vendedores que urinaram de levar bancada na mão. Podemos cadastrar os vendedores, com carteirinhas. O negócio agora é se organizar, a luta continua!". (Ana Magalhães - Cabo, Pernambuco)

Fundada Unidade Sindical

Os sindicalistas de Bacabal se unem e formam a Unidade Sindical. Realizaram o 1º de Maio unificado em praça pública, com sucesso. Oficializaram esta decisão, lançando um documento onde se posicionam face à Nova República e a todos os problemas que precisam ser resolvidos, como Constituinte livre e soberana em 86, reforma agrária, remoção dos entulhos.

No momento preparam o 1º Encontro das Classes Trabalhadoras

que será realizado nos dias 8 e 9 de junho próximo. No dia 19, fundaram o embrião, a Comissão de embaixada, a Comissão pela Constituinte, que está sendo ampliado com outros setores da sociedade.

A Unidade Sindical é composta das seguintes entidades: Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sind. dos Arrumadores, Sind. da Construção Civil, Sind. dos Empregados no Comércio, Associação dos Feirantes, Associação dos Professores, Associação dos Enfer-

meiros e Associação dos Contadores.

A Comissão pela Constituinte é formada, no momento, por estas entidades e mais o setor jovem do PMDB e a Associação dos Moradores do Bairro da Esperança, com a perspectiva de ser bastante ampliada em pouco tempo. Dessa forma, Bacabal vive a Nova República, num crescente movimento de organização e elevação da consciência política de seu povo. (sindicalista de Bacabal, Maranhão)

Os operários da Metafil conquistam jornada de 46 horas

Os operários da Metafil, empresa metalúrgica localizada na Zona Sul de São Paulo, realizaram uma greve há seis meses, onde demonstraram muita unidade e conseguiram quebrar a intransigência patronal.

Agora eles acabam de conseguir mais uma vitória, com a mesma unidade demonstrada na greve anterior e tendo à frente o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, Bastião Vital: redução da jornada de trabalho para 46 horas semanais. Mostram assim que categoria unida tem força. (J.S. - São Paulo-SP)

Democracia!

Os estudantes de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná estão em greve desde o dia 6 de maio.

Hoje ainda enfrentamos cara a cara o autoritarismo e o arbítrio em nossa Universidade, quando os ditadores de ordem tentam boicotar a nossa eleição para a coordenação de nosso curso e o fazem através de um conselho setorial que está numa lista triplíce, a qual não é a mesma votada amplamente pela comunidade através de eleição direta convocada pelo nosso Centro Acadêmico.

Cerca de 400 estudantes estão totalmente paralisados.

Basta de Conselhos onde uns poucos querem impor sua vontade!

(Maria Regina de Andrade, ex-diretora do Centro Acadêmico de Biologia da UFPR - Paraná)



fala o POVO



"Somos punidos por tudo na Oficina de Costura"

Uma funcionária que trabalhava no período de experiência na Oficina de Costura S/C Ltda, em Santo Amaro, faltou um dia por necessidade, para resolver assuntos particulares. No dia seguinte, ao retornar ao serviço, foi surpreendida com a ausência de seu cartão de ponto na chapeira. Indignada, ela dirigiu-se aos senhores Mário e Márcia, donos da oficina, pedindo explicação. A resposta foi que ela estava demitida por faltar um dia de trabalho. Ela tentou explicar-lhes o motivo da falta, mas eles recusaram-se a ouvi-la, alegando que estava em fase de experiência.

As gerentes reprimem os operários e são incompetentes. Trocam os melhores funcionários por outros inexperientes. Não se pode reclamar de nada. Somos advertidos e recebemos promessa de dispensa por "justa causa". A operária ficou abatida com a falta de consideração e os abusos praticados em relação aos operários. Ela já havia assinado trinta dias de experiência e tinha mais trinta a completar antes de ser admitida formalmente. Por isso resolveu fazer esta denúncia a este jornal combativo que faz a verdade saber a luta dos operários. (E.L.S. - São Paulo)

Fundação Maurício Gracis

Democracia continua longe das confederações esportivas

O esporte brasileiro tem vivido, nas últimas semanas, mais uma de suas freqüentes crises de direção e administração. Desta vez, foram o futebol profissional e o basquete feminino os protagonistas. Em mais um didático capítulo nos ensinaram tudo o que deve ser evitado na sonhada organização democrática do esporte nacional.

Em favor da verdade, é forçoso admitir que as páginas de esporte da grande imprensa só perdem em fofocas e intrigas para as colunas sociais. O nível de questionamento do jornalismo esportivo dificilmente consegue superar as motivações regionais, o clubismo, o personalismo vaidoso da maioria dos comentaristas veteranos e a empolgação dos novatos por escândalos e mexericos.

Tudo isso, porém, não basta para perdoar os responsáveis pela última crise que misturou as atletas, dirigentes, técnicos e torcedores numa sopa de acusações, ataques e ofensas infelizmente bastante conhecida do nosso paladar.

No basquete feminino, as principais atletas da seleção - Hortência, Vânia e Paula, entre outras - pediram dispensa do elenco que disputará a Copa William Jones. Justificaram tal atitude alegando problemas de saúde e provas escolares. Hortência ainda declarou que, se "o torneio fosse mais importante, faria um esforço para



Evaristo: fora da seleção, após desagradar torcida, jogadores e imprensa

atender à convocação". Mas poucos dias antes disputara uma partida pela FMU num inexpressivo campeonato de faculdades paulistanas. Paula arrematou suas desculpas dizendo que "na Nova República ninguém é obrigado a fazer nada a contragosto". A imprensa viu nesta avalanche de pedidos de dispensa um inequívoco boicote ao novo treinador da seleção, Edson Ferreto, taxativamente negado pelas atletas.

REBELIÃO NO FUTEBOL

No futebol, as coisas adquiriram níveis hilariantes, com os jogadores recusando-se a atender à imprensa e ameaçando uma rebelião em bloco em caso de corte por insuficiência técnica. Tudo por conseqüência do

péssimo futebol apresentado pela seleção que vem se preparando para as eliminatórias da Copa do México.

Nos dois casos, os atletas foram duramente atacados pela imprensa e pela torcida, e não souberam se defender com argumentação aceitável. E, com isso, mais crises continuam sendo superadas sem nenhuma mudança que colabore para evitá-las no futuro. A CBB (Confederação Brasileira de Basquete) decidiu não aplicar nenhuma punição e a seleção viaja com o time de segunda categoria. Boicotado ou não, o técnico continua e não se esclareceu quem decide a ordem de importância do calendário das competições: as atletas que não foram, ou a CBB que inscreve a força máxima e acaba comparecendo com o time reserva.

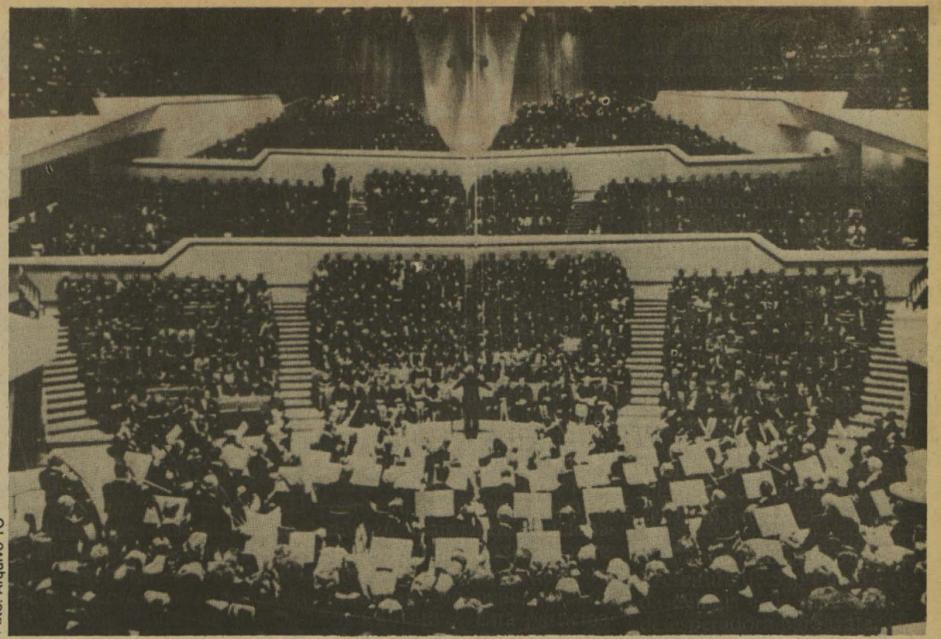
No futebol as decisões dos cartolas foram mais radicais, porém seguindo o mesmo método de décadas atrás. O técnico Evaristo Macedo, o mais desastrado titular do cargo até hoje, foi demitido e a paz imediatamente restabelecida com a contratação de Telê Santana, o preferido dos jogadores, torcedores e jornalistas.

SEM ENSINAMENTOS

Como se pode ver, o nosso esporte venceu mais um surto de crise, sem acumular nenhum ensinamento. Os atletas permanecem no absoluto esquecimento nas decisões da CBB e CBF. Ninguém apontou e nem cobrou das duas entidades alguma medida que resgate o esporte destas crises periódicas. E a insuperável improvisação dos dirigentes faz o basquete competir em Taipé sem nenhuma chance e obriga o futebol a estrear nas fases eliminatórias com apenas uma semana de treino.

Para sorte do nosso esporte, o que infelizmente é também a garantia de sobrevivência dos cartolas, a Copa William Jones de Basquete Feminino é um torneio amistoso. E não parece haver crise, de incompetência ou desorganização, que não se dissipe com o futebol de Zico, Júnior, Cerezo, Sócrates, Casagrande e Éder.

(Jessé Madureira)



Sinfônica: problemas começam a ser resolvidos, mas é preciso maior apreço

Sinfônica tem onde ensaiar. Isso basta?

A substituição de Isaac Karabitchevsky como regente titular da Orquestra Sinfônica Municipal (o maestro Júlio Medaglia assumiu o posto, na semana passada) e a transferência dos ensaios para o Museu de Arte de São Paulo resolveram momentaneamente alguns dos problemas da Orquestra, que chegou a realizar um "piquete sinfônico" na capital paulista. Edmund Raas, membro da Sinfônica Municipal, enviou à *Tribuna* um texto onde analisa algumas das questões enfrentadas nessa área cultural, do qual publicamos os trechos a seguir:

DIVERSIDADE DE MÚSICAS

Fechar sem planejamento o Teatro Municipal de São Paulo e desalojar a Orquestra Sinfônica Municipal da sua sede tradicional são apenas sintomas visíveis de problemas muito mais graves nos alicerces da cultura musical brasileira, e mais especificamente da de São Paulo.

Na cena musical brasileira deparamo-nos com abundante música comercial nacional e internacional, para o consumo diário e, do outro lado, com um grupo minúsculo, que heroicamente defende a sobrevivência do folclore autêntico e da música cultural. O que agrava a situação é o fato de o grande público, que não recebeu qualquer formação musical, colocar toda a música numa só panela e julgá-la indiscriminadamente com as mesmas medidas e padrões. A situação torna-se intolerável quando esta maneira de julgar é aplicada pelos próprios Departamentos e Secretarias de Cultura que, acredita-se, foram planejados e estruturados para recordar a situação do país. Recordamos o acontecido em São Paulo, onde a Orquestra Sinfônica Municipal foi programada para um concerto dentro de um circo, sem as mínimas condições de higiene, acústica, organização e preparo para uma tal aventura. Se alguém fosse transportar blocos de concreto usando um carro de corrida Fórmula 1, todo mundo iria entender o absurdo. Nota: nada há de errado com os blocos de concreto, só que eles têm bem pouco a ver com um carro de corrida.

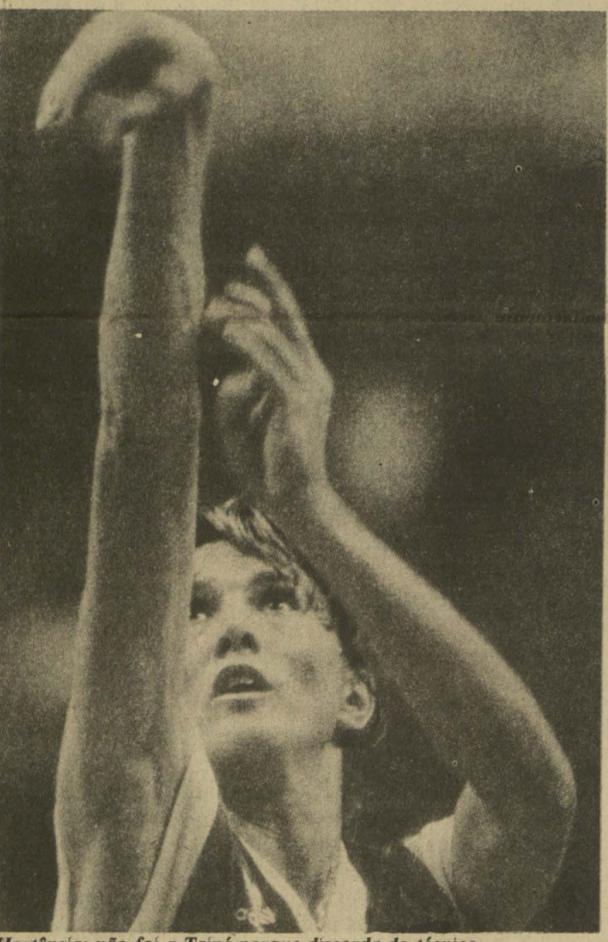
É preciso esclarecer que existem vários tipos de música, cada um com seu alvo e função próprios: existe música para dançar, música para sonhar, música para se divertir, música para passar roupas, para fazer compras ou aguardar seu transporte (rodoviária, aeroporto), música para ampliar o sentido religioso ou o nacionalista, música para encorajar o soldado a entrar em combate, música para beber cerveja e bater um papo com amigos, música para ampliar o sentido de pertencer a um grupo étnico ou mesmo de comportamento (folclore), música para ampliar a cena e ação no cinema, música para ampliar as palavras de um drama (ópera) e música para satisfazer um complexo de necessidades estéticas, intelectuais e emocionais. Música, é claro, pode também ser uma mistura de dois ou mais tipos mencionados. Cada um desses tipos requer da parte dos ouvintes um grau maior ou menor de participação ativa. Esta participação pode se estender da mais absoluta indiferença, no caso de sons insignificantes e banais, até a plena participação mental do ouvinte de música de concerto, que leva consigo a partitura e segue-a durante a execução da peça.

Mas o pagamento adequado do músico não é o suficiente para solucionar todos os problemas das orquestras sinfônicas. Uma orquestra de nível tem de poder planejar pelo menos com dois anos de antecedência seu trabalho, para contratar bons maestros convidados e solistas. Para isto, precisa de uma equipe pequena, eficiente e ágil de administradores que tenham conhecimento e amor pela música, além de boa vontade para fazer tudo acontecer.

A máquina burocrática da Prefeitura de São Paulo é rígida demais e de uma lentidão desesperadora para tratar com o devido dinamismo os assuntos da orquestra.

O que é preciso para tornar idéias bem fundadas realidade? Por que os críticos de música não param um pouco de só achar pequenos detalhes irrelevantes e não se concentram em organizar uma discussão pública para solucionar os problemas? Bola para frente, amigos!

(Edmund Raas)



Hortência: não foi a Taipé porque discorda do técnico

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOBR. Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel. ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobrelaje, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinnati Pinto, 183 - Centro - CEP 57000. AMAZONAS - Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-8644 - CEP 69000. BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 218 - Centro - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar, sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro - CEP 46000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf) - CEP 43700. DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70302. CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1609 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 79960. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100. ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro de Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de

Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000. GOIÁS - Goiânia: Avenida Goiás, 657 (esquina com a Rua 4), sala 201. Fone: 223-5571. Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100. MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000. MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000. MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000. PARAIBA - João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540, 2º andar, sala 201 - Calçadão - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 316, 1º andar - CEP 58100. PARANÁ - Curitiba: Rua Tibagi, 428. Fone: 234-7484. CEP 80000. Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. PIAUÍ - Teresina: Rua Barroso, 144-N, 1º andar, sala 4 - CEP 64000. PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236 - CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua Sossiego, 221, Boa Vista - CEP 50000. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Presidente Bandeira, 406, sala 109 - Alecrim - CEP 59000. RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua dos Andradas, 1204, 3º andar, sala 3 - CEP 90000. Caxias do Sul: Rua Dal Cannale, 1891, 2º andar, fundos - CEP 95100. Pelotas: Rua Andrada Neves, 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20. Aberto depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 90000. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Álvaro Alvim, 31, sala 1801 - Cinelândia - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 219 - CEP 26000. SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000. SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 291, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Avenida Rio Branco, Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000. A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, Past-UP, Foteleto e Impressão, Cia. Editora Jorjés. Fone: 815-4999 - São Paulo - SP.



Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de grã. Para mais informações com a Campanha Nova República da



Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

- Annual (52 edições) Cr\$ 100.000
- Annual Popular (52 edições) Cr\$ 50.000
- Semestral (26 edições) Cr\$ 50.000
- Semestral Popular (26 edições) Cr\$ 25.000
- Assinatura trimestral (17 edições) Cr\$ 12.500
- Annual para o exterior (em dólares) US\$ 70

Nome:
Endereço:
Bairro:
Cidade: CEP:
Estado:
Profissão:
Data:

CDM
Endereço para seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318.
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Contag faz congresso histórico

O 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília de 25 a 30 de maio, entrará para a história do sindicalismo do campo brasileiro. Além da grande representatividade (3970 delegados eleitos em todo o país) e do alto nível da discussão, o Congresso foi marcado pelo vibrante clima de mudanças da Nova República.

A presença do presidente José Sarney, na abertura do Congresso, deixou patente a importância do evento e a postura democrática do novo governo. Conforme ressaltou José Francisco, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a "presença de Vossa Excelência tem para nós significado especial. É a primeira vez, desde 1964, que um presidente da República participa de um Congresso de Trabalhadores Rurais. Isso demonstra que vivemos um novo momento político, para o qual a luta dos trabalhadores através de suas organizações sindicais contribuiu decisivamente".

Bastante aplaudido pelos camponeses, Sarney fez questão de enfatizar a postura aberta da Nova República, afirmando várias vezes que "os trabalhadores serão ouvidos e ajudarão a decidir". Também fez veementes críticas à estrutura agrária brasileira, "concentradora de terras e injusta", e promoveu medidas duras para "evitar a violência no campo" e para impedir a grilagem.

Sarney diz que ouvirá os trabalhadores

Numa posição democrática, apresentou para debater a proposta do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária, inspirado no Estatuto da Terra. Disse que sua proposta de distribuição de terra "é um sincero programa de governo, não um lance de retórica. É um projeto político de alcance nacional, não um conceito técnico ou um exercício de afirmação ideológica. É uma busca de solução sem traumas". Noutro trecho, afirmou que seu projeto visa "respeitar o homem do campo. Assegurar a milhões de brasileiros o direito de não sofrer a mais degradante das privações humanas, que é a fome". Ao encerrar seu pronunciamento, o presidente foi aplaudido pelos congressistas, que entoaram o coro: "1, 2, 3, 4, 5, mil, queremos a reforma agrária em todos os cantos do Brasil".

Na tarde do dia 28, o Congresso viveu outro momento de grande vibração, com a palestra e debate com o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Nelson Ribeiro, e com o presidente do Incra, José Gomes (na página 3, matéria sobre o projeto do governo sobre a reforma agrária).

Ministro debate reforma agrária com a Contag

Os dois integrantes do governo foram submetidos a uma verdadeira sabatina pelos delegados rurais presentes. Mais de 100 perguntas foram entregues à mesa, e as mais importantes foram respondidas. Sobre as ações dos grileiros, Nelson Ribeiro foi incisivo: "Lugar de marginal é na cadeia". Quanto ao aumento dos conflitos armados no campo, o ministro comentou que "a violência é o desespero dos latifundiários". E prometeu adotar "medidas eficazes para punir os criminosos. A impunidade reina no meio rural, e isto é preciso mudar".

Os camponeses indagaram se o governo aguentaria as pressões dos latifundiários contra a reforma agrária. Informaram que o presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) já havia protestado contra o chamado "1º Plano Nacional de Reforma Agrária", fazendo ameaças ao governo. Ribeiro foi enfático: "Não será através de ameaças que iremos recuar".

Ao encerrar o debate, dona Otília, camponesa do sul da Bahia, entregou um presente ao ministro: uma panela furada pelas balas dos grileiros de sua região durante uma refrega. Ribeiro agradeceu: "Recebo esta panela como sinal de que deverei seguir meus passos no sentido da defesa do trabalhador, vítima de repressão. (Altamiro Borges, especial de Brasília).



Cerca de 4 mil sindicalistas no 4º Congresso da Contag, que teve a participação do presidente José Sarney

Luta camponesa mais forte

"Valeu a pena as 40 horas de viagem e todo o sofrimento para vir ao Congresso. Estamos discutindo os nossos problemas, aprendendo muita coisa nova e importante. A luta pela reforma agrária ficou mais forte, mais unida em todo o Brasil. A gente vai voltar muito mais animado, disposto a ajudar os companheiros na luta pelos nossos direitos".

Esta avaliação, feita pelo humilde lavrador Gersino Exídio da Silva, 53 anos, morador de Pipirituba, interior da Paraíba, reflete a opinião dos trabalhadores rurais sobre os êxitos do 4º Congresso da Contag. A presença expressiva de 3970 delegados eleitos na base, representando mais de 2 mil Sindicatos — dos 2.600 existentes no país — deu grande força ao evento, carregando-lhe de representatividade.

O interesse dos congressistas em discutir todos os assuntos candentes foi grande. No debate sobre o Estatuto da Terra, por exemplo, mais de 40 lavradores se inscreveram, para falar a favor ou contra, fazer denúncias, críticas e sugestões. Nele ficou clara a diversidade de opiniões existentes no campo. Ora falavam os representantes dos valentes posseiros da região do Araguaia, ora os delegados dos mobilizados e coesos canavieiros da Zona da Mata, ora o pequeno agricultor do Rio Grande do Sul.

GRANDE POLÊMICA

Para possibilitar o aprofundamento das discussões, fo-

ram formadas seis comissões de estudo: Sindicalismo, Problemas Nacionais, Questões Agrárias, Política Agrícola, Questões Trabalhistas e Previdência Social Rural. Nas três primeiras comissões, foram registradas as maiores polêmicas, com discursos acalorados — mas que, na maioria das vezes, terminaram de forma unitária, com os trabalhadores gritando "O povo unido jamais será vencido".

No debate sobre Sindicalismo houve grande polarização entre os que defendem a adoção da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho e os que são contra. Por um lado, os petistas defenderam, com ênfase exagerada, a Convenção; por outro, vários dirigentes sindicais mostraram que essa legislação internacional abre brechas para o pluri-sindicalismo no Brasil. Após inúmeras intervenções e denúncias (como a de que a Convenção é aplicada em 97 países, sendo que em 95 vinga a divisão sindical), os trabalhadores aprovaram a autonomia e liberdade sindical, respeitando-se a unicidade do sindicalismo, e rejeitando a Convenção 87. A pequena bancada petista ficou isolada e com poucos votos.

ELEIÇÕES SINDICAIS

Outra discussão que gerou grande polêmica nesta Comissão foi sobre as eleições para as direções das Federações Es-

taduais e Contag. Houve unanimidade de que é preciso mudar a atual estrutura antidemocrática de eleições. O PT, novamente derrotado, defendeu a proposta de eleições diretas para Contag. Mas os congressistas denunciaram que esta forma aparentemente democrática, "só serviria aos que têm dinheiro e estrutura, aos latifundiários que tudo fariam para desvirtuar a trajetória de luta da entidade". No final, venceu a proposta de eleições em congresso.

Já na Comissão de Problemas Nacionais o debate sobre a dívida externa trouxe acaloradas intervenções, com todos defendendo o não pagamento da dívida. "Não fomos nós que fizemos essa maldita dívida, mas somos nós que estamos pagando com a fome de nossos filhos", afirmou um camponês de Minas Gerais. A Comissão aprovou a proposta de "suspensão do pagamento da dívida até que toda a nação seja consultada". Também foi aprovada nesta comissão a proposta de luta pela Constituinte, que deve ser livre e soberana.

ESTATUTO DA TERRA

Por último, a discussão mais polêmica no Congresso se deu em torno do Estatuto da Terra — legislação que o governo promete aplicar. Manifestaram-se três visões: uma, defendida pelos setores mais atrasados do sindicalismo rural, exigindo aplicação pura simples do Estatuto; outra, levantada pelos sindicalistas do PT, querendo "queimar o Estatuto"; e a última, de aproveitar os aspectos positivos do Estatuto e rechaçar os que não servem aos trabalhadores, como o item sobre indenização de latifundiários com base no valor comercial da propriedade e o do subterfúgio da empresa rural. Venceu a última, após ser feita uma redação consensual — aprovada por unanimidade. Até o fechamento desta edição, as resoluções das comissões ainda não haviam sido submetidas à plenária do Congresso — que é soberana.



Foram formadas seis comissões para debater o temário

AL DOS TRAB



Trabalhadores dizem não ao anticomunismo

"A realização deste 4º Congresso é um exemplo de grande importância na vida e na luta dos trabalhadores rurais brasileiros. Será, sem dúvida, um marco na busca do aperfeiçoamento de sua organização e participação na vida política do país para conquistar uma reforma agrária antilatifundiária e fazer avançar a democracia em nossa pátria. Saudamos com entusiasmo e desejamos vitória ao 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais".

Esta foi a saudação que o Partido Comunista do Brasil entregou à coordenação do Congresso. O PC do B teve participação destacada durante todo o evento, com banca de publicações, inúmeras faixas e distribuição massiva do Manifesto à Nação. A procura de seu material foi intensa, despertando grande interesse dos camponeses. Em torno das mesas dos comunistas, os lavradores faziam inúmeras perguntas e lembravam histórias do passado.

Uma senhora, de 42 anos, lavradora do interior da Bahia, lembrou que "quando eu era criança apareceram os comunistas na minha cidade. Mamãe não deixou a gente sair de casa, nem para comprar pão. O padre disse que o demônio estava no povoado. Hoje nós estamos mais esclarecidos. Não acreditamos mais nessa tapação. Os comunistas são gente como nós.

São respeitados. Trabalhadores, lutadores, amigos do povo. Hoje não metem mais medo. Pelo contrário".

PROVOCAÇÃO RECHAÇADA

De forma isolada, também se manifestaram alguns sinais de anticomunismo. Na Comissão de Problemas Nacionais, dia 27, um provocador, do Rio Grande do Sul, chegou a sugerir a expulsão dos comunistas que distribuíram material partidário — sempre do lado externo da plenária. Num discurso raivosos, vociferou: "Os comunistas estão infiltrados no nosso Congresso. Eles são clandestinos. Se eles não forem expulsos, vou colocar a mesa do PT no Congresso". A postura policialesca, fascista, do provocador, foi rechaçada por uma vaia unânime e o coro de "Fora! Fora!".

Dona Josefa Rita da Silva, a popular Zefinha, de Sobradinho, Bahia, fez um contundente discurso em favor da liberdade de expressão: "Lutamos tanto para tirar o militarismo, para termos democracia, e não podemos usar os métodos da ditadura. Ninguém aqui é criança. Todos têm direito de ler o material dos comunistas e, se gostar das propostas, entrar nesse partido. Que os outros partidos também tragam suas trouxas e materiais para cá. Isso é democracia".